

RAIMUNDO SAPALO MANGENS

**AS REFORMAS DO SISTEMA EDUCATIVO EM
ANGOLA:**

Ensino de Base 1975 - 2001

Orientador: José Viegas Brás

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade
de Ciências Sociais, Educação e Administração**

Instituto de Educação

**Lisboa
2016**

RAIMUNDO SAPALO MANGENS

**AS REFORMAS DO SISTEMA EDUCATIVO EM
ANGOLA:**

Ensino de Base 1975 - 2001

Dissertação defendida em provas públicas para
a obtenção do Grau de Mestre em Educação,
conferido pela Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias,
no dia 3 de Dezembro de 2016 com o
Despacho Reitoral nº 477/2016 com a seguinte
composição de Júri:

Presidente-Professor Doutor Óscar Conceição
de Sousa

Arguente- Professora Doutora Maria Neves
Gonçalves

Orientador: Professor Doutor José V. Brás

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Instituto de Educação

**Lisboa
2016**

DEDICATÓRIA

Profissionais e Investigadores no Campo da Educação em
Angola

AGRADECIMENTOS

Aos meus País,

A Dom Óscar

A Dom José Policarpo de feliz memória,

Aos Familiares e Amigos

Aos meus Professores, em especial Doutor Óscar

Meu Orientador, Doutor José Brás,

Doutora Maria Neves

Doutora José Duarte

Profundo agradecimento pela amizade

Lista de Siglas

APPORT – Associação dos Psicólogos Portugueses de Coimbra.

BM - Banco Mundial

CPEP – Ciclo Preparatório do Ensino Primário

CRA - Constituição da República de Angola

DL – Decreto Lei

EP – Ensino Primário

EPT – Educação Para Todos

FIP - Formação Inicial de Professores

FMN - Formação Média Normal

FMT - Formação Média Técnica

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

FPEP – Formação de Professores do Ensino Primário

I CES - I Ciclo do Ensino Secundário

I RSE – I Reforma do Sistema de Educação

II CESG - II Ciclo do Ensino Secundário Geral

II CESTP – II Ciclo do Ensino Secundário Técnico-Profissional

II RSE - II Reforma do Sistema de Educação

IMNE – Instituto Médio Normal de Educação

INIDE – Instituto Nacional para o Investimento e Desenvolvimento da Educação JMPLA – Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola

LBSNE - Lei de Base do Sistema Nacional de Educação

MED – Ministério da Educação

MED-DPE-Direcção Provincial da Educação

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NRE – Nova Reforma da Educação

NSE – Novo Sistema de Ensino

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

OGE – Orçamento Geral do Estado

OPA – Organização do Pioneiro Angolano

OUA – Organização da União Africana

PAAE O Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar

PC- Primeiro Ciclo

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PUNIV – Ensino Pré-Universitário

RE - Reforma Educativa

RETEP - Reforma Técnico-Profissional

RPA – Rácio Professor Aluno

SADAC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SE – Sistema de Ensino

SEX – Sistema de Ensino em Extinção

SNE- Sistema Nacional de Ensino

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura UNICEF
– Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNITA – União Nacional para a Libertação Total de Angola

Resumo

O Sistema Educativo de Angola tem vindo a transformar-se constantemente, sobretudo no Ensino Básico. Os contextos políticos, históricos e socioeconómicos, próprios do homem enquanto ser de relação, condicionaram tais mudanças. O homem em sociedade constrói culturas e formas políticas de organização, as quais se configuram também com as leis e formas de governo que garantem a estabilidade comunitária.

O Estado e a Educação são os garantes da construção da cultura de um povo (Teixeira,1999). O Estado angolano serviu-se de duas reformas para implementar novas políticas educativas como vias para o desenvolvimento nacional. Em consonância com o sistema político, económico e social do país, a Primeira Reforma tenta responder às necessidades reais da jovem Nação: a consolidação da independência e do poder popular, pôr fim à luta de classes, implantar a sociedade socialista comunista com ideologias marxista-leninista; integração e coerência da Educação com as necessidades da sociedade; proporcionar o desenvolvimento integral e universal da personalidade humana, «criação de um homem novo» e promover um futuro melhor a nova geração.

A Segunda Reforma é exigida pelas novas ideologias políticas de organização do Estado: responder à economia de mercado livre, mobilidade política, melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem, favorecer a acessibilidade e equidade no Sistema Educativo. Através dos critérios de análise dos princípios, objectivos e áreas estratégicas de prioridades, procura-se compreender os factores endógenos e exógenos que se configuram com o desenvolvimento do ensino. Melhorar o rendimento, a eficiência e a capacidade de adaptação dos sistemas educativos à evolução científica, a técnica e a vida socioeconómica dos Estados-Nação constituem os principais objectivos das reformas educativas.

Palavras-chave: políticas educativas, reforma educativa, desenvolvimento, sistema de ensino, Estado-Nação.

Abstract

The education system in Angola has been subject to constant changes, especially within primary education. The political, historical and socio-economic contexts, inherent to man while a relationship being, regulated this changes. The man in society builds cultures and political forms of organization which are configured with the laws and forms of government that ensure community stability as well. State and education are the warrantors of the culture construction of a people (Teixeira, 1999).

The Angolan state made use of to two reforms to implement new education policies as means of national development. In consonance with the political, economic and social system of the country the First Reform attempts to give response to the real needs of the young nation: The consolidation of independence and popular power; the end of the class struggle, the deployment of a Communist Socialist society with Marxist Leninist ideologies, the integration and coherence of education with the needs of society; the offer of comprehensive and universal development of the human personality, "creation of a new man" and promotion of a better future for the new generation.

The Second Reform is required by new political ideologies of the state organization; to respond to free market economy, political mobility, to improve the teaching and learning quality, to promote accessibility and equity in the education system. The endogenous and exogenous factors that are configured with the teaching development are sought to be understood through principles analysis criteria, objectives and strategic priorities areas. To improve performance, efficiency and the ability of adaptability of education systems heading scientific developments, technical and socio economic life of the nation-states are the main goals of educational reforms.

Keywords: Educational policies, educational reform, development, education system, nation-state.

Índice

INTRODUÇÃO	1
PARTE I: ENQUADRAMENTO DO ESTUDO.....	4
1.1.Problemática	4
1.2. Justificativo e Pertinência.....	7
1.3.Objectivos.....	11
1.4. Fonte	12
1.5. Metodologia	12
1.5.1. Tipo de Pesquisa	12
1.5.2. Técnicas de Pesquisa.....	13
PARTE II: REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1.Sistemas Educativos	16
2.2.O Sistema Educativo, Consolidação do Projecto de Estado-Nação.....	19
2.3.Estado e Políticas Educativas	20
2.4. Esclarecimento de Alguns Conceitos	22
2.5. Os Princípios Orientadores do Sistema Educativo	26
2.6. Reformas Educativas	28
PARTE III: O CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCATIVAS EM ANGOLA	30
3.1. Reforma Educativa do Primeiro Governo Constitucional de Angola.....	30
3.2. Princípios Orientadores e Finalidades do Sistema Educativo	32
3.3. Objectivos da Primeira Reforma Educativa.....	33
3.4. Áreas Prioritárias e Estratégicas	35
3.4.1. Formação de Professores.....	35
3.4.2. Alfabetização.....	37
3.4.3. Estruturação do Sistema Educativo.....	38

3.5. Implementação da Primeira Reforma Educativa	41
3.5.1. Segundo Período de 1991 – 2002.....	42
3.6. A Segunda Reforma Educativa.....	43
3.6.1.Princípios Orientadores do Sistema Educativo e Finalidades.....	43
3.6.2. Objectivos Gerais da Segunda Reforma Educativa.....	46
3.6.3. Áreas Prioritárias e Estratégicas.....	48
3.7. Implementação e Evolução do Novo Sistema de Educação.....	50
PARTE IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	53
4.1. Quadro Comparativo das Reformas	54
4.2. Análise da Primeira Reforma Educativa:	57
4.3. Principais Condicionantes da Primeira Reforma	61
4.4. Análise da Segunda Reforma Educativa.....	63
4.5. Pontos Condicionantes da Segunda Reforma.....	68
CONCLUSÃO	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
ANEXOS	i

Introdução

Todos os Estados-Nação que áreas conquistaram a independência, nos últimos séculos, desenvolveram políticas que favoreceram mudanças radicais a nível nacional entre as quais sublinham-se as políticas educativas (UNESCO, 2014). Estes Países, também denominados emergentes, são apoiados pelas organizações internacionais tais como o Banco Mundial (BM), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), entre outras que defendem políticas, ideologias e princípios universais para o progresso e desenvolvimento dos estados e seus membros. Desde a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, na Conferência de Jomtien - Tailândia em 1990, o enfoque dos governos e das agências de desenvolvimento tem incidido na provisão da Educação básica mais inclusiva conferindo-lhe, assim, um estatuto de direito humano. A acção da UNESCO na Educação procurou promover a Educação, de forma estratégica, como um direito fundamental do ser humano e, subsequentemente, procurou actuações para melhorar a qualidade da Educação e o desenvolvimento de várias técnicas e práticas educativas com inovações, difusão e partilha de informação sobre as políticas educativas.

Angola figura como um dos vários países que, a seguir à independência, enveredou pela mudança política, social e económica. Segundo Zoran Roca, (2000), a Educação é a forma estratégica para alcançar estas transformações de progresso a todos os níveis, tal como na saúde, na economia, na sociedade e na política, o que resulta no bem-estar de todos. Todos os países mais industrializados atingiram altos níveis de desenvolvimento através do processo de Educação.

Num primeiro momento, Angola defrontou-se com a existência de um sistema educativo totalmente decalcado do modelo português¹, caracterizado pelo acesso limitado de alunos, falta de pessoal qualificado e falta de infra-estruturas (MED, 1993).

Ao longo de duas décadas, os resultados estatísticos deram indicadores de uma evolução do sistema da Educação bastante deficiente. Tais debilidades manifestam-se numa fraca produção global de diplomados, quer se trate das necessidades gerais do sistema de Ensino de Base Regular e Médio, quer se trate das necessidades específicas como a Educação Pré-Escolar, a formação profissional docente nos domínios psicopedagógicos e organização dos programas escolares, (MED, 1993).

Embora se tenham registado alguns dados positivos, notaram-se debilidades no Ensino Básico, com repercussões noutros níveis de ensino (INIDE, 2009) e na própria sociedade em geral. Roca (2000), ao tentar compreender o Sistema Educativo de Angola e as matérias relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem como via de desenvolvimento no período compreendido entre (1980 - 2000) deparou-se com o grave défice do Sistema Educativo no Ensino de Base, ilustrado nos aspectos «quantitativos e qualitativos». Esta realidade leva a inferir não só a falta de uma proporcionalidade entre a oferta e a demanda no ensino (em particular, no básico) como também as irregularidades existentes nos outros sectores públicos e privados, em geral. Por conseguinte, o défice no Sistema Educativo Nacional compromete o próprio exercício democrático dos cidadãos em sociedade e reproduz outros fenómenos sociais como a delinquência, pobreza, exclusão social, desestabilização económica e financeira.

O contexto de mudança do quadro situacional da realidade de Angola passou a ser não só uma preocupação em recuperar o que não foi feito no passado, mas também uma exigente

¹ Leia-se o relatório do 1º Congresso do MPLA (1977). A ideologia que presidia o ensino português era um resultado do compromisso entre as classes dominantes, mesmo estando estas em desacordo com os interesses da burguesia industrial. Esta situação impedia a emancipação do povo. O modelo do ensino prendia-se com aspectos «teórico-escolásticos (...) profundamente reaccionários». Esta situação era agravada pelo facto de que a escola pretendia servir os interesses da colonização, acrescentando-lhe uma dimensão totalmente estrangeira. Como resultado disto, as infra-estruturas escolares existentes localizavam-se nos centros urbanos, tendo fraca acessibilidade e apresentando falta de equidade relativamente às populações autóctones. Por isso, as taxas de escolarização eram muito reduzidas e tinham um elevado índice de analfabetismo, que rondava os 85% da população. Isto indica que, na prática, a escolarização era exclusiva dos colonos.

busca de novos saberes técnicos, científicos e pedagógicos, no domínio das políticas educativas, capaz de responder às necessidades actuais e futuras do País. Daí as Reformas Educativas terem sido implementadas no País, sendo a primeira em 1975, definida pelo DL1/75, de 12 Novembro, e a de 2001, pelo (DL 13/01, 31 de Dezembro. Por uma questão de delimitação temática, escolhemos as duas Reformas do Sistema Educativo, acima referidas com enfoque no sistema de ensino básico em geral. O estudo recorre ao método de pesquisa documental e descritivo, apoiado pelo método de análise qualitativo, tendo como critério de análise os princípios orientadores do Sistema Educativo, os objectivos, as prioridades estabelecidas, a evolução do sistema e desafios.

A nossa investigação pretende, em primeiro lugar, conhecer e reflectir sobre os objectivos e implementação das duas Reformas do Sistema Educativo de Angola, no espaço temporal de 1975 a 2001. Em segundo lugar, pretende contribuir para a melhoria das políticas educativas com vista aos novos desafios no processo de desenvolvimento do País. Trata-se de compreender e descrever o processo das reformas educativas, tendo em conta os contextos político, cultural, económico e social do País. Prover acções para a melhoria da qualidade e rendimento do Ensino Básico.

O trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira parte, fez-se um enquadramento do estudo com as seguintes abordagens: problemática e questão de investigação, justificação e pertinência do tema, objectivos, metodologia seleccionada e os respectivos instrumentos e procedimentos utilizados. Na segunda parte, através de uma leitura crítica e sínteses de conteúdos, verificou-se o Estado da Arte dos sistemas educativos, que nos serviu como o pilar da pesquisa. A nomear: o contexto do surgimento, desenvolvimento e funcionamento dos sistemas educativos. Na terceira parte, numa perspectiva descritiva, são analisadas as duas Reformas Educativas, tendo em conta os contextos históricos, socioeconómicos e políticos em que se desenvolve o ensino em Angola que justificaram as referidas reformas. Por último, apresenta-se e faz-se a discussão dos resultados.

PARTE I: ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

1.1.Problemática

O desenvolvimento e o crescimento económico-social de um país ganham profundas transformações em qualidade e quantidade tanto mais significativas quanto maior for o investimento no sector da educação (Cabrito, B. G. 2002; Roca, Z. 2000). A ideia é partilhada por Sampaio (2006), ao referir que o ensino é um elemento que constitui o mais poderoso condicionante factor do desenvolvimento económico, social, político ou de qualquer progresso numa determinada nação. Por esta razão, o ensino é considerado a arma mais poderosa para mudar o mundo (Mandela, 2003).

Sendo esta a condição da Educação em relação ao mundo, é necessário que ela tenha «autonomia» nas instituições e implemente as políticas da sua viabilidade. No cumprimento dos objectivos da Educação tem havido discussões, isto é, uma variedade de contextos entre o Estado e o Sistema Educativo, tendo em conta os contextos sociais, políticos, económicos e demográficos. No intercâmbio de ambos, verifica-se a centralização e descentralização do poder do estado em quase todos sistemas (Gadotti, M. 2008; Popkewitz, Th. 1999). Esta política administrativa e de gestão do Sistema Educativo Nacional, nalguns casos, favoreceu o desenvolvimento do ensino, noutros, produziu efeitos contrários aos objectivos da Educação.

Os países que se tornaram independentes enveredaram pela construção de novas políticas de Estado e de Educação², (Delors, J., 1998; PNU, 2005). Angola, a exemplo de vários países que conquistaram a independência, encarrilou pela mudança política do aparelho do Estado e, por conseguinte, nos sectores públicos, entre os quais o da Educação, tendo em vista o desenvolvimento. Segundo Roca, (2000), a forma estratégica para alcançar estas transformações de progresso é a Educação. Dela dependem outros níveis de desenvolvimento como a saúde, a economia, o capital do conhecimento, o capital social e o capital humano. Esta harmonia traduzir-se-ia no bem-estar de todos. Os países mais industrializados atingiram níveis

² Para aprofundar esta temática pode-se consultar o livro de Delors, J. (1998). *Educação: um tesouro a descobrir*. Assim como o autor, Racial, I. sobre o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, PNUD (2005). Ambos desenvolvem as políticas educativas no âmbito da Educação como via de desenvolvimento.

de desenvolvimento altos por via do processo de Educação³ (Torres, 2002; Cabrito, 2002; PNUD, 1995). Neste sentido, a luta pela construção e desenvolvimento dos sistemas educativos nacionais e as suas políticas passou a ser a principal via de combate ao subdesenvolvimento de todos os Estados-Nação.

Segundo refere Peterson (2012), Angola, após a independência, passou a representar uma nação pluricultural, multilíngue, subdesenvolvida, subindustrializada, reserva industrial obsoleta e semiparalisada, rede comercial escassa e pouco operacional, rede sanitária pouco abrangente e ineficiente e uma rede escolar distorcida e incapaz de satisfazer a demanda da população escolar sobretudo a do Ensino Básico. O ensino antes da independência foi marcado pelo modelo colonial, mas também pela acção dos missionários católicos e evangélicos, os quais associaram a missão evangelizadora do cristianismo a uma escolarização.

O Sistema Educativo em qualquer sociedade é determinado pelos interesses da classe dominante, como reflexo e reproduzidor das relações de produção existente. A escola como expressão do sistema de ensino foi vista por estes autores, pelo menos durante a expansão colonial, como o lugar de reprodução social e eficiente domínio de legitimação das desigualdades. A referência histórica e ideológica da educação colonial, muito aludida por estes autores, torna-se necessária para analisar e compreender os objectivos e o modelo do ensino implementado na época e nos subsequentes modelos de ensino em Angola.

A finalidade da escola colonial em Angola era reproduzir a classe dirigente através da escola e, por esta razão, o ensino desenvolveu-se apenas, em centros urbanos, mas sempre com acesso mais reservado aos filhos dos colonos. A escola servia apenas para promover o domínio da língua portuguesa, erradicar a cultura africana, expandir a fé cristã, introduzir a cultura europeia, (Santos 1970).

Em 1977, o Governo adoptou um sistema educativo implementado em 1978, que era caracterizado essencialmente por princípios da democratização do ensino. Isto traduziu-se numa maior oportunidade de acesso à escolarização com garantias de continuidade dos estudos, alargamento da gratuidade e o aperfeiçoamento do pessoal docente. Em 1986, o estudo feito

³ Um bom sistema educativo tem necessariamente resultados positivos no funcionamento das instituições e, de uma maneira geral, no conjunto das actividades – económicas, culturais, científicas, tecnológicas, etc.– que, pela via do trabalho profissional, asseguram o nível de vida dos cidadãos e a própria coesão social - nota de prefácio do Livro: Economia da Educação de Belmiro Gil Cabrito (2002).

pelo MEDC em colaboração com a UNESCO e a UNICEF, resultou numa constatação de que os factores endógenos e exógenos tornaram o Sistema Educativo menos eficiente em termos quantitativos e qualitativos. Por esta razão, foi aprovado o DL13/01, de Dezembro da Nova Lei de Base do Sistema Educativo, cuja implementação acontece 4 anos mais tarde pelo DL2/05, de 14 de Janeiro. A Nova Lei de Base previa os seguintes objectivos: a expansão da rede escolar, a melhoria da qualidade de ensino, o reforço da eficácia e equidade do Sistema de Educação.

Os angolanos sempre tiveram um grande interesse pela educação formal, o que levou a que, tanto na Primeira como na Segunda Reforma, fossem criadas políticas de integração da população escolar, sobretudo no que concerne a geração mais jovem onde é decorrente o espírito de construção nacional pelos valores da nova sociedade. Visando, deste modo, a edificação de relações sociais e democráticas. Alvitrou-se assim o desenvolvimento de competências físicas, intelectuais, estéticas e laborais da jovem geração, não só em termos de ensino e aprendizagem, mas também em termos de contribuição para o funcionamento e manutenção do sistema político do estado, em geral, e sector público, em particular. Esta acção política era a forma estratégica encontrada para promover uma consciência social, respeito pelos valores tradicionais, espírito humanista, fortalecimento da unidade nacional, a fraternidade e a igualdade, amor à pátria e aos símbolos nacionais (MED, 2001).

Os relatórios do Ministério da Educação (1993; 2001; 2015) referem que, ao longo de duas décadas, os resultados estatísticos apontam para uma evolução bastante fraca do Sistema da Educação. Pretende-se averiguar o que esteve na origem deste fracasso. De que forma foram implementadas as políticas educativas e as principais causas que estiveram na base dos fracassos? Que orientações ideológicas foram implementadas nas políticas educativas dos referidos sistemas? Como funcionam as formas de administração e gestão do sector educativo? Existe um equilíbrio entre a oferta e a demanda no ensino? Que impacto têm as Reformas para a sociedade civil, política e económica, do presente e futuro do País?

Por uma questão de delimitação temática, escolhemos as duas Reformas do Sistema Educativo no Ensino de Base, como critério de análise e percepção das questões problemáticas ou indicadores que possam evidenciar os avanços e retrocessos do processo do Ensino Nacional, em geral, e no Ensino de Base, em particular.

A nossa investigação pretende, em primeiro lugar, conhecer, reflectir, e explicar as

reformas do Sistema Educativo de Angola, entre 1975 e 2005; analisar os seus princípios orientadores, os objectivos e as prioridades estabelecidas durante a sua implementação. Tal objectivo leva-nos a formular as seguintes questões de partida:

Em que medida as duas Reformas Educativas (a de 1975 e a de 2001) implementadas em Angola contribuíram para o desenvolvimento do Ensino Nacional, em geral, e Ensino de Base, em particular? Que políticas e saberes foram desenvolvidos? Que mudanças ou constantes houve no ensino?

1.2. Justificativo e Pertinência

Em todas sociedades do mundo a Educação aparece sempre como a via eficaz, senão mesmo única na construção das inter-relações pessoais e sociais, culturais, políticas e económicas; promove valores, humaniza, estabelece ideias de paz, de liberdade, de justiça social e equidade, Delors *et al* (1992). Reconhecendo o papel essencial da Educação no desenvolvimento contínuo, tanto das pessoas como das sociedades, infere-se que ela não acontece de forma «mágica» ou «automática», há todo um processo político e metódico para que a Educação produza e atinja seus objectivos.

Neste sentido a principal missão da Educação é orientar a sociedade humana para uma via que conduza ao desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de forma a eliminar a pobreza, a exclusão social, evitar as incompreensões, as opressões, as guerras e garantir o exercício da participação democrática e construção do bem comum.

As sociedades evoluem e, deste modo, novos problemas surgem e, indiscutivelmente, novos valores também (Dewey, 1973). Dessa forma, as mesmas sociedades são influenciadas pela globalização e as mais variadas transformações ao nível político, económico, social e cultural. Torna-se assim necessário e pertinente desenvolver o ensino para que os fenómenos de transformação sejam geridos à luz das ciências. As mudanças têm reproduções diferentes na sociedade, no aparelho de governação do Estado e, por isso, exigem outros pressupostos de ver, julgar e agir à luz da ciência que tem o seu berço na educação escolar. Será necessário providenciar uma política educativa com orientação pedagógica, filosófica, curricular que fortaleça o cidadão e o próprio Estado. Será necessário providenciar uma política de ensino que construa uma sociedade instruída no exercício da democracia, que tenha participação

indirecta na construção das políticas de regulação e na administração do Estado.

Neste sentido, o papel da Educação e das políticas do seu Sistema tornam-se cruciais na sua função de ensinar, para que os cidadãos aprendam a ser livres. Como dizia Poppo, (2012), o bom exercício da liberdade do cidadão impede que o Estado abuse do seu poder e faz com que o Estado, por sua vez, impeça que a liberdade dos cidadãos provoque abusos. O bom exercício da liberdade deverá ter a sua maior expressão na educação, que Mandela considera a arma com a qual se pode mudar o mundo (Mandela, 2003).

A sociedade angolana, historicamente marcada pela colonização e guerra civil, ainda regista um atraso no campo educativo. Os vários modelos e orientações de ensino que as Reformas do Sistema Educativo produziram, embora provem o esforço que se tem empreendido neste sector público, evidenciam, ao mesmo, tempo que o sistema do ensino em Angola não satisfaz as valências quantitativas e qualitativas. Baseando-se no Instituto Nacional de Estatística relativamente à população angolana por idade, deduz-se que a taxa bruta de escolarização no Primeiro Ciclo do Ensino Regular é ainda significativamente reduzida; outro problema fundamental do ensino em Angola é o acesso e a qualidade, sendo mais grave no domínio da Educação Básica e da Formação Média, onde a taxa líquida de escolarização é inferior a 60% (MED, 2001). Estes indicadores tornam enviesados os objectivos do ensino e, consequentemente, compromete o próprio desenvolvimento da Nação, se entendermos a Educação como caminho para o desenvolvimento. Desta forma, há que se rever as várias estratégias integradoras para melhoria do Sistema Educativo.

Um estudo sobre o Sistema Educativo de Angola não só permite rever e conhecer a História do Ensino no País, como também serve de impulso para a construção de novas políticas, métodos, técnicas e estratégias de ensino, tendo em vista uma Educação de Base (Delors *et al* 1998) que considere a «aprendizagem e a Educação» como um fim em si mesmos. Estes dois factores constituem objectivos a alcançar, tanto pelo indivíduo como pela sociedade e devem ser desenvolvidos e mantidos ao longo de toda a vida. Uma Educação de Base deve valorizar as aprendizagens do ensino formal e não-formal na vida do Aluno e na sociedade, sendo um instrumento que promova a criação, o progresso e a difusão do Saber e da Ciência. Desta forma, o conhecimento e o ensino ficarão acessíveis a todos, desde a base. Qualquer política de Educação deve orientar-se pela tripla preocupação da equidade, pertinência e

excelência. Procurar associar estes três objectivos harmoniosamente é uma tarefa crucial para todos os que participam no processo educativo. Uma Educação que promova valores para os direitos humanos, tolerância e compreensão mútua, democracia, responsabilidade, universalidade, identidade cultural, busca da paz, preservação do meio ambiente, partilha de conhecimentos, luta contra a pobreza, regulação demográfica, saúde. A Educação é da responsabilidade de toda a sociedade. Isto implica que todas as pessoas a quem a Educação diga respeito e todos os parceiros, além das instituições que têm a Educação por missão específica, devem encontrar o devido lugar no processo educativo.

O reconhecimento obrigatório da Educação e da oportunidade das aprendizagens como um direito humano⁴ por parte de todos os Estados-Nação e o compromisso de atingir os objectivos educativos, acima delineados, torna pertinente o nosso objecto de estudo: análise das duas Reformas Educativas, implementadas em Angola no percurso temporal de 1975 a 200.

A pertinência justifica-se pelo facto de a História da Educação ter registado vários atrasos⁵ no campo de ensino e aprendizagem. Enquanto a Primeira Reforma Educativa revelou uma percentagem bastante reduzida de professores do Ensino Básico, devido à explosão escolar - isto é, à massificação do ensino na RPA independente - na Segunda Reforma Educativa, actualmente, nota-se outros embargos entre os quais o problema da qualidade do próprio ensino para o desenvolvimento humano e sustentável, embora se tenham superado algumas limitações que caracterizava o Primeiro Sistema Educativo. Para uma contribuição para a melhoria da qualidade e equidade do ensino em Angola, torna-se imperativo rever a História da Educação à luz das transformações do fenómeno da globalização. Por esta razão, seleccionámos as duas reformas educativas como objecto na nossa pesquisa para conhecer o

⁴ «A Educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos humanos e das liberdades fundamentais [...]» in: Artigo 26º, nº2, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.

⁵ O atraso escolar em Angola deve-se ao facto de o meio rural nunca ter sido considerado uma prioridade pela educação colonial. As poucas escolas primárias existentes nas aldeias não tinham capacidade de garantir o ensino para todos. Por outro lado, os educadores do regime colonial no seu ensino legitimavam a superioridade da cultura e raça portuguesa. A criança iniciava o Ensino Primário sem referências da sua identidade cultural. daí em diante, a criança deparava-se somente com valores de cultura portuguesa, confrontando-se com a falta de acesso e igualdade de oportunidade ao ensino. Após a independência, Angola herdou da colonização uma Educação caracterizada pelo acesso limitado ao ensino do segundo grau devido à falta de qualidade de ensino e à falta de pessoal qualificado para estruturar um Sistema de Educação. Para aprofundar esta temática, recomendamos o livro sobre a História da Educação em Angola de Teresa Neto (2014).

passado da Educação e compreender o presente como possibilidade de pensar e contribuir para a construção do futuro desenvolvimento da Educação em Angola.

As razões da escolha do tema prendem-se com as motivações explanadas a seguir. Desde o fim da guerra civil que Angola tem mostrado um crescimento económico, pelo menos a nível exterior, mobilidade de conhecimentos, de pessoas e bens, investimento em vários sectores públicos e privados. Apesar destes indicadores, não se pode confirmar um equilíbrio entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano e sustentável no País. Equilíbrio este que se pode traduzir em questões de justiça social, reconhecimento dos direitos humanos e equidade. Sabendo que, nas sociedades, as estruturas ou instituições não mudam, mas sim as pessoas, de acordo com Popper (1992), é preciso estabelecer políticas que permitam o Sistema Educativo orientar o ensino para uma filosofia de mudança a todos níveis e procurar o equilíbrio entre os actores. Popkewitz (2000) aponta a reforma educativa como instrumento sociológico da inovação da escola e dos indivíduos. A reforma esclarece os motivos pelos quais algumas pessoas aceitam e outras resistem à mudança e identifica métodos eficientes para organizar as pessoas e seus meios. Os principais agentes da mudança são os professores. Tal como se refere Gaio (2012), o educador tem na sua actividade profissional uma acção comprometida com o fenómeno da transformação, e por esta razão terá de ser o primeiro, isto é, o próprio educador, a aceitar o desafio da transformação ou mudança. Transformação dos conceitos, das teorias, dos métodos de ensino, das políticas e das consciências, mediante uma formação inicial e contínua do Professor na forma mais aprofundada, cuidada e exigente. É com base nesta formação integral e capacitação contínua dos professores, que se podem adquirir conhecimentos científicos que munirão de competências o Professor na sua actividade profissional docente, mas também o habilitará a aprender, pois é fazendo que se aprende.

Segundo Nóvoa, (1992) a formação de professores exige um desenvolvimento pessoal que produz a vida do Professor, o seu desempenho profissionaliza-o na carreira docente e, por sua vez, a organização deste último faz a escola. A escola por sua vez garante a produção e o desenvolvimento do capital humano, do capital do conhecimento científico e social. Os pilares básicos para o desenvolvimento de um país são assegurados pelo empenho e capacitação do «capital humano» enquanto conjunto de conhecimentos multifacetados, adquiridos através das habilitações, competências e atributos incorporados nos indivíduos que facilitam o bem-estar individual, social, económico e político.

1.3.Objectivos

O processo da reconstrução nacional leva em consideração todos os aspectos económicos, sociais, culturais, ambientais e éticos do desenvolvimento humano. Promover uma nova consciência nacional, baseada na tolerância, no respeito por si próprio e pelos outros, na identidade cultural e na cultura da paz, (MED, 1993). Trata-se de compreender e descrever o processo das reformas educativas, os seus princípios de orientação, os objectivos, a área de prioridades e a sua evolução. Identificar as políticas e estratégias a elas subjacentes, perspectivar e adequar a organização estrutural à lógica e à dinâmica de funcionamento do Sistema Educativo, de forma a responder aos desafios do futuro em novos contextos político, cultural, económico e social do País. Abordar acções estratégicas para a melhoria da qualidade e do rendimento do Ensino Geral, nomeadamente no Ensino de Base, aumentando a pertinência social dos conteúdos e reduzindo significativamente o insucesso escolar (MED, 1993).

Para a realização destes objectivos, previa-se uma série de medidas e de acções equacionadas entre elas. De um modo geral, isto implica um processo de transformação estrutural do Sistema Educativo, com incidência nos princípios orientadores, nos objectivos, nos conteúdos, na metodologia, e na adequação dos recursos humanos. Implica ainda o desenvolvimento das estruturas e procedimentos administrativos e revisão do quadro institucional regulador do diálogo entre a administração e as entidades públicas ou privadas.

Para uma melhor compreensão da História da Educação e das novas questões (*idem*, 1993) problemáticas do ensino em Angola, com vista aos novos desafios do desenvolvimento do País, numa perspectiva de análise dos resultados das duas reformas entendemos definir os objectivos mencionados a seguir.

- Analisar as diferentes reformas e os processos de implementação em Angola, desde 1975-2005, para uma contribuição no desenvolvimento do Sistema Educativo do Ensino de Base no País.
- Compreender as continuidades e rupturas nas diferentes reformas implementadas pelo Sistema Educativo Nacional.
- Comparar os princípios orientadores, os objectivos, as áreas prioritárias e as estruturas das duas reformas educativas implementadas em Angola.

1.4. Fonte

Na elaboração deste trabalho, contamos com as seguintes fontes documentais: relatório da aprovação da Primeira Reforma Educativa (Teses e Resoluções do 1º Congresso do MPLA, 1977); relatórios que resultaram do exame sectorial da Educação realizado pela UNESCO, UNICEF e MEC com o objectivo de efectuar um estudo de balanço, revisão, diagnóstico da Primeira Reforma Educativa implementada desde 1978 e preparação de bases que justificou a Segunda Reforma Educativa, isto é, fundamentação do projecto da Nova Lei de Base do Sistema Educativo (Opções Para a Reconstrução do Sistema Educativo, Estudo Sectorial, Tomo I – II, 1993); Ministério da Educação de Angola, reflexão sobre o relatório da evolução do Sistema Educativo Angolano ao longo dos 35 anos de independência, Luanda (2010); Conselho de Ministros sobre o plano estratégico para a melhoria do ensino, isto é, o diagnóstico e o prognóstico a curto, médio e longo prazo do Sistema Educativo (Ministério da Educação, Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015); relatório técnico sobre a formação inicial, contínua e a distância de professores (Ministério da Educação, Plano Mestre de Formação de Professores em Angola, 2008- 2015); Estatuto do partido no poder de governação em Angola (MPLA, Programa e Estatutos). Como base de estudo, consultou-se também a Constituição da República de Angola (CRA, 2010), Diários da República de Angola 1975/76; 1978, 1980 e a Legislação Nacional

1.5. Metodologia

1.5.1. Tipo de Pesquisa

O nosso estudo recorre fundamentalmente ao método de análise documental apoiado pelos métodos qualitativo e histórico-descritivo, tendo como referência as duas reformas educativas incrementadas no sistema de ensino em Angola.

A nossa escolha pelo método é justificada pelas seguintes razões: o método da análise documental funciona como uma operação ou um conjunto de operações que configura um determinado conteúdo de um documento sob forma diferente do original, tendo como objectivo facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referenciação. O referido método é um registo

de informações que ajudam a compreender factos, fenómenos sociais e conhecer períodos históricos e acções sociais; permite reconstruir os factos e seus antecedentes (Bardin, 2009 e Sousa, 2009). A principal finalidade da análise documental, segundo estes autores, é saber e esclarecer a informação condensada nos dados documentais originais para dar forma conveniente e representá-la de outro modo, por intermédio de procedimentos de transformação; outro objectivo deste método é o interesse de facilitar a compreensão.

Com este método pretendemos informar a maneira de como foi desenvolvida a nossa pesquisa, mais precisamente as técnicas, ou seja, apresentamos o conjunto de procedimentos que configuram o material seleccionado. É através da técnica de pesquisa que desenvolvemos no ponto a seguir que havemos de abordar.

1.5.2. Técnicas de Pesquisa

Neste ponto utilizamos dois instrumentos, nomeadamente, as tabelas com dados estatísticos e uma grelha de análise das duas reformas educativas.

Num primeiro momento, recolhemos das fontes primárias dados estatísticos que apresentamos em 10 quadros em forma de tabelas. Os dados apresentados pelas tabelas foram seleccionados mediante os seguintes critérios: tempo anterior a IRSE e a IIRSE; evolução do número do corpo discente e docente, evolução de salas de aulas, número de escolas e desenvolvimento do currículo, (ver anexo I-VII).

Num segundo momento, construímos um instrumento, nomeadamente, a grelha de análises de conteúdo que permitiu efectuar o estudo comparado entre as duas reformas educativas (IRSE e IIRSE). Para a IRSE, estabelecemos os seguintes critérios de análise: *finalidades, princípios, objectivos, áreas de prioridade, estruturas e implementação*. Sobre as finalidades do Sistema Educativo constatamos que o primeiro governo constitucional da RPA, com base na nova política, pretendia implementar uma ideologia socialista-comunista, de carácter revolucionário. Defendia uma democracia popular, construção de um SEN, que tenha por base os interesses nacionalistas. Implementação do socialismo através da ideologia marxista leninista, promover um futuro melhor as novas gerações e fundamentalmente a ideia de criação de um «Homem Novo» (*op. cit.*, 44). No ponto sobre os princípios orientadores,

segundo refere Gaspar, (2005) os princípios orientadores são os suportes básicos que garantem a conduta funcional e o alcance dos objectivos do Sistema Educativo (Gaspar, 2005). Assim sendo, neste ponto são apresentados os seguintes princípios que não só orientam o Sistema Educativo, como também garantem uma coesão a nível da política do Estado-Nação: a democratização do ensino enquanto direito todos os cidadãos angolanos com iguais de direitos no acesso e na frequência aos diversos níveis de ensino e de participação na resolução dos seus problemas. A ideologia nacionalista era a que tinha por princípio defender a identidade nacional e cultural dos cidadãos angolanos. A nacionalização do ensino e a sua democratização levaram a explosão escolar verificada após a independência do País. O ponto atinente a gratuidade do ensino, constatamos que este era a garantia da escolaridade sem custos monetários, tanto na inscrição quanto na assistência às aulas e quanto ao material escolar. Laicidade do Ensino, o Sistema de Educação Angolano é laico pela sua independência de qualquer religião. A Unicidade traduzida em orientação do Sistema Educativo, desde a dimensão estrutural, planos curriculares, organizativo e administrativo. A integralidade deste princípio pressupõe uma coerência integral entre os objectivos da formação e os de desenvolvimento do país. Obrigatoriedade o Ensino Primário é obrigatório para todos os indivíduos que frequentem o Subsistema do Ensino Geral. Estes princípios que orientam o sistema educativo visavam alcançar as seguintes finalidades: revolução contra a mentalidade política colonial, implantação da ideologia marxista-leninista, reformulação do Sistema Educativo Nacional, criação de um «homem novo», escolarizar todos angolanos e combater o analfabetismo.

Sobre os objectivos da Primeira Reforma Educativa. Na Primeira Reforma, a Educação do ponto de vista dos seus objectivos centrava-se em responder às preocupações da classe operária e dos camponeses angolanos, entre outros, em dois pontos fundamentais para a construção do «homem novo». O primeiro ponto era garantir a igualdade de oportunidade para todos, sem discriminação social ou racial, isto é, o acesso a todos níveis de ensino correspondendo assim a necessidade do desenvolvimento nacional. O segundo ponto era estabelecer um destaque preponderante na formação de quadros políticos e dando a todos os níveis uma certa qualificação técnico-profissional. As Áreas Prioritárias e Estratégicas foram consideradas áreas prioritárias para a reestruturação de todo Sistema de Educação, dos Seus subsistemas, Formação de Professores para todos níveis e a área de Alfabetização, enquanto

meio de mobilização do povo. Na implementação da Primeira Reforma Educativa, sublinham-se dois momentos: um primeiro momento em que inclui a fase colonial antecede a independência e a fase da Primeira Reforma, caracterizada pela massificação do ensino, e um segundo momento que prepara a Segunda Reforma Educativa. São relevantes os temas do desenvolvimento do currículo, evolução do corpo discente e das salas de aulas, a evolução de infra-estruturas e equipamento.

A Segunda Reforma Educativa Constitucional do Governo de Angola

Os critérios utilizados na análise da Primeira Reforma Educativa são os mesmos que utilizamos na Segunda Reforma Educativa. Assim identificamos algumas semelhanças, continuidades e descontinuidades em certas acções. A finalidade acentua dois contextos, sendo um nacional e outro de âmbito internacional. Os objectivos prendem-se com a busca de uma melhoria da qualidade do ensino, a partir do DL13/01, de 31 de Dezembro de 2001. Estes critérios são analisados e desenvolvidos mais adiante.

PARTE II: REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Sistemas Educativos

Para uma compreensão holística da situação educativa enquanto processo contínuo, numa determinada comunidade, torna-se necessário partir da análise da origem dos sistemas educativos. Segundo Tedesco, (2008) os sistemas educativos enquadram-se no contexto do surgimento e desenvolvimento dos **Estados-Nação** cuja formação ou constituição é uma resposta às exigências das correntes nacionalistas dos países do mundo moderno. De Sousa e Mendes (2014) defendem que os Estados-Nação estão associados ao aparecimento do nacionalismo, embora os «nacionalistas» nem sempre tenham concordado com as fronteiras geográficas que hoje os estados possuem. Os mesmos autores continuam a afirmar que os Estados-Nação se desenvolveram como parte de um sistema emergente e abrangente na Europa, mas não são especialmente europeus ou de origem europeia. O Japão e a Tailândia, por exemplo, são Estados-Nação muito antigos.

Se, por um lado, o Estado-Nação aparece como o centro da construção dos sistemas educativos da modernidade (Teodoro, 2010), a escolarização reflectiu sempre um contributo fundamental na construção do projecto de Estado-Nação para a reprodução da identidade nacional. Esta ideia é justificada pelo facto de que no centro da actividade escolar está a socialização e a fusão de identidades dispersas, fragmentadas ou plurais com uma finalidade política e cultural comum, genericamente designadas por Nação ou Identidade Nacional. É a partir deste contexto em que a intervenção do Estado teve um papel importante e decisivo na génese e desenvolvimento da escola pública de massas e, consequentemente, nas políticas educativas. Por sua vez, a construção dos Estados-Nação modernos deve à Educação Escolar a transmissão e coesão social através do projecto integrador, homogeneizador que suplanta as múltiplas subjectividades e identidades culturais, nacionais, linguísticas e religiosas (Afonso & Ramos, 2007).

Segundo Tedesco (2008), na base do surgimento dos sistemas educativos, em meados do fim do século XIX, estava a resposta simultânea do exigente contexto político do processo de construção da democracia, das nacionalidades, e das exigências económicas da formação do

mercado. Os sistemas educativos, neste contexto, assumiram várias formas de incrementação de acordo com os países e as culturas políticas. Em finais do século XX, difundiu-se a estratégia de criar um sistema educativo articulado por níveis: primário, secundário e superior, correspondentes às idades da população escolar e ao lugar a ocupar por cada sector social na hierarquia social. A *sequencialidade* e a *hierarquização* foram as duas categorias em torno das quais se organizou a acção educativa escolar (Tedesco, 2008). Esta componente sistemática do processo educativo exigiu sempre, nos seus contextos, novas políticas e novos modelos pedagógicos que permitissem atingir os fins do processo educativo numa determinada sociedade. O Iluminismo, por exemplo, corrente influente na História cultural da Europa, em meados do século XVIII, defendia a perfectibilidade e progresso humanos (Mautner, 2010). Para sustentar o seu poder reformador, através da autonomia da Razão, e construir à volta da sua doutrina saberes que tornassem possíveis seus intentos, o Iluminismo recorreu à construção de políticas educativas. Da mesma forma, a constituição dos Estados-Nação - resultado do nacionalismo - exigiu novos conhecimentos e novos paradigmas das políticas educativas para munir de competências a própria arquitectura da organização do Estado e da sociedade em geral. É este o motivo pelo qual se compreende o «Estado-Nação como centro da construção dos sistemas educativos da modernidade» e de toda herança dos sistemas educativos que hoje marcam novos modelos de ensino (Teodoro, 2010).

O Estado-Nação compreende o tipo particular de Estado, característico do mundo moderno, simbolizado pelos tratados de Vestefália (1648), no qual um governo detém a soberania de um território definido e onde a grande maioria da população é constituída por cidadãos que têm consciência de pertencerem a uma única nação que confere o seu apoio ao Estado, independentemente do seu regime político, desde que surge um conflito com outro Estado (De Sousa & Mendes, 2014: 93).

Neste conceito, encontramos características como a soberania territorial, a vontade populacional de pertencer a uma única nação, onde todos países, formados em Estado-Nação, procuram os seus fundamentos. De outra forma, *o Estado encarna a vontade de uma população cujos membros partilham um forte sentimento de identidade colectiva* (Chagnollaud, 1999: 87). Todos os Estados-Nação procuraram cumprir a vontade e sentimentos comuns da população e construíram consciências humanas, através da incrementação das políticas educativas. Por esta razão, a nação é o resultado de um complexo processo de construção da identidade colectiva

(Ètienne, Bloess, Norock & Roux, 2008), onde é crucial o papel interventivo do processo educativo.

Já para Azevedo, J. (2007) no contexto do nascimento dos Estados-Nação encontra-se revelada a ideia de uma matriz muito semelhante à que se desenvolveu nos sistemas educativos no mundo em geral. Na sua grande maioria, defende o mesmo autor, os sistemas educativos são controlados pelos estados nacionais, são declarados obrigatórios e seguem um modelo transnacional moderno educacional que, por muito tempo, influenciou o ensino antes, durante e após a modernidade. Durante a modernidade, defenderam-se teorias dos modelos educativos escolares ancorados no incremento exclusivo ao desenvolvimento industrial. A educação escolar passou a ser o instrumento ou uma espécie de «máquina» de *preparação e formação da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento do modo de produção capitalista*, (Azevedo, 2007: 49). Ela assegurava a integração socioprofissional de todos indivíduos e qualificava-os em função da nova divisão do trabalho à luz das exigências da sociedade industrial. A escolarização, neste sentido, assegurava a integração social e profissional dos indivíduos e especializava-os em função dos encargos a ocupar na nova divisão de trabalho em conformidade com as exigências da sociedade em questão. Esta nova política de educação na sociedade moderna deu lugar à expansão da escolarização das massas em todo mundo ao mesmo tempo que a economia de mercado também o faz.

Embora as políticas educativas hoje não sejam reducionistas no sentido de sustentar a ideia de associar a Educação à busca do capital humano qualificado, muitos países, sobretudo os chamados emergentes, fundamentaram as suas políticas educativas em princípios que limitavam a escolarização à obtenção da mão-de-obra qualificada. Cabrito (2002) refere que, a partir do século XX, quando se começa a acreditar mais na continuação do crescimento económico e no papel da democratização económica, a política e a Educação no desenvolvimento passaram a ser as peças fundamentais no mundo ocidental. Segundo o mesmo autor, é com base nestas crenças, continua o mesmo autor, que se estruturaram as reformas dos sistemas educativos e se criou nova expansão escolar. Este pressuposto faz da escola um espaço de preparação e fornecedor de trabalhadores em número e qualidade suficientes para o desenvolvimento e crescimento económicos de um país. Esta responsabilidade atribuída à escola obriga ao Estado dar uma atenção especial no investimento dos sistemas educativos.

2.2. O Sistema Educativo, Consolidação do Projecto de Estado-Nação

Tal como nos referimos no ponto anterior, de acordo com os autores Teodoro (2010) e Azevedo (2007), o Estado-Nação traduziu-se num centro nuclear da construção dos SES nos tempos da modernidade. Desta forma, a escola passou a ser não só um factor determinante na questão de formação do projecto de Estado-Nação para a reprodução da identidade nacional como também, de modo particular, passou a ser um espaço central de transmissão e coesão social através do projecto integrador e homogeneizador, onde são suplantadas as múltiplas subjectividades e identidades culturais, nacionais, linguísticas e religiosas (genericamente designadas por *Nação* ou *Identidade Nacional*).

Na teoria da escolarização, enquanto actividade organizada do Estado a nível local, Popkewitz (1997) reconhece que, para analisar a massificação do ensino como reforma social, é necessário rever primeiro o processo através do qual o Estado assumiu o problema da escola. De facto, desde a Reforma Protestante, as escolas foram um instrumento de controlo moral e disciplina individual, com base nas relações do Estado, autoridade civil e disciplina moral. A infância e a alfabetização tornam-se institucionalizadas como estratégia para combater a desordem social com os valores religiosos, sociais e morais. Desde então, o conceito de escola passou a pressupor estruturas de governo na sociedade onde o macro e os microproblemas do Estado são colocados juntos. No que diz respeito ao Estado, a preocupação do autor não se prende unicamente com as relações estruturadas que existem entre a sociedade civil e a autoridade pública. Esta inclui um enfoque de como a gestão e regulação do Estado assumem um lugar crucial na formação da sociedade civil e na produção da vontade, do desejo e do valor na sociedade. Em ambos níveis de gestão, refere o mesmo autor, estão estabelecidas a formação da escola, de forma explícita ou implícita. Existe o reconhecimento e a supervisão directa da escola pelo Estado. Ao mesmo tempo, existe também uma organização social e epistemológica das escolas na produção de uma disciplina moral, cultural e social da população. O compromisso do Estado com a escola, segundo Popkewitz (2000), torna-se uma preocupação moral e política importante dentro de uma sociedade democrática e justa. Mas as duplas implicações das tecnologias da escola devem ser reconhecidas.

Afonso e Lucio-Villegas (2007), reconhecendo a importância exigente do intercâmbio

entre o estado e o SE, referem que a intervenção do Estado teve sempre um papel preponderante e decisivo na génese e desenvolvimento da escola pública de massas e, por conseguinte, nas políticas educativas. Tedesco (2008), na sua teoria sobre os SES, defende que estes são uma resposta simultânea ao exigente contexto político do processo de construção da democracia, das nacionalidades e das exigências económicas da formação do mercado. Assim sendo, os SES assumiram várias formas de incrementação, de acordo com os países e as culturas políticas, a ponto de serem articulados em níveis: primário, secundário e superior, correspondentes às idades da população escolar e ao lugar a ocupar por cada sector social na hierarquia social. Neste sentido, o Estado assume um discurso e função de regulação.

Nesta perspectiva, segundo Barroso (2005), o Estado e a sua administração, fundamentando-se na legitimidade democrática da sua constituição, atribuições, competências e modos de funcionamento, têm como finalidade determinante garantir com assertividade a democracia, a igualdade, a equidade e eficácia do serviço público de Educação e do seu sistema através das funções de definição, execução e controlo de políticas nacionais e locais, assim como a afectação global de recursos, a regulação de processos, os estímulos ao desenvolvimento de mudanças, a avaliação de resultados e compensação das desigualdades.

A partir desta componente teórica, o papel do Estado traduz-se em discursos de regulação para garantir a coordenação, o equilíbrio, a manutenção e o correcto funcionamento do SE, o qual, segundo refere Almeida (2007), se baseia em seis pontos críticos do sistema, nomeadamente: o currículo, o fluxo de alunos, a gestão do pessoal docente, o controlo da oferta escolar, gestão dos meios financeiros e parceiros.

2.3. Estado e Políticas Educativas

Aqui, retomamos novamente, a abordagem do binómio Estado e sector educativo. À luz do pensamento de Popkewitz (1997), o Estado é empiricamente definido através de padrões e relações em transformação onde ocorre a regulação social, ideia que o distingue de Max Weber. Esta concepção de Estado oferece princípios orientadores para a descrição da mudança nas instituições como a direcção da escola, a regulação e a auto-disciplinariedade. É precisamente nesta noção de Estado que Popkewitz (2000) se distancia de Max Weber, que entende o Estado

como um elemento de poder ligado aos órgãos de governo e aos mecanismos de coacção legal e administrativo da sociedade moderna, isto é, enquanto detém o monopólio da violência legítima dentro de um determinado território, a partir da crença dos indivíduos em sua legitimidade. O mesmo autor defende uma noção de Estado como um conceito histórico que aborda áreas específicas relacionadas com a sociedade civil e política, isto é, a inter-relação de diferentes camadas e padrões institucionais que dão coerência e segurança a um corpo social ao longo do tempo. A escolarização é o espaço privilegiado da análise dos padrões do Estado. É neste âmbito que se aplicam as políticas educativas.

Tal como se refere Stoer (2008), as políticas educativas constituem a resposta a uma configuração heterogénea e complexa de elementos que inclui ideologias residuais, emergentes, actuais e dominantes. Dessa forma, as políticas educativas e as políticas em geral são definidas como «as redes ou configurações de poderes, criados e recriados nas relações sociais», (*op. cit.*: 152). É por esta razão que as políticas educativas constituem «um processo permanente de enriquecimento dos conhecimentos, do saber-fazer, mas também e talvez em primeiro lugar, como uma via privilegiada de construção da própria pessoa, das relações entre indivíduos, grupos e nações», (Delors & *et al* 1999: 12). Este processo, das políticas educativas, segundo Barroso (2005), encontra a sua concretização e desenvolvimento nos modos de regulação dos Sistemas Educativos que podem ocorrer a nível transnacional, nacional e local. O primeiro modo de regulação refere-se ao conjunto de normas, discursos e instrumentos (procedimentos, técnicas, materiais diversos) que são produzidos e circulam em fóruns de decisão e consulta internacional no domínio da Educação. O segundo refere-se ao modo de regulação de âmbito nacional ou «institucional». Este compreende o modo como as autoridades públicas, isto é, o Estado e a sua administração, exercem a coordenação, o controlo e a influência sobre o Sistema Educativo através de orientações e normas. O mesmo autor denomina este tipo de regulação por hibridismo nacional, que é resultado da sobreposição ou mestiçagem de diferentes lógicas, discursos e práticas na definição acções políticas. O terceiro modo de regulação que acontece a nível local, «fragmentação da micro-regulação local»⁶ é definido como um processo de coordenação da acção dos actores no terreno. Este resulta do

⁶ A regulação «fragmentação da micro-regulação local» reflecte um complexo jogo de estratégias, negociações e acções de vários actores pelo qual as normas, injunções e constrangimentos da regulação são reajustadas localmente, muitas vezes de modo não intencional, Barroso (2008).

confronto da interacção, negociação ou compromisso de diferentes interesses, lógicas, racionalidades e estratégias em presença quer, na perspectiva vertical («administradores» e «administrados») quer na perspectiva horizontal (que acontece entre os diferentes ocupantes que partilham o mesmo espaço «intra e inter-organizacional», por exemplo, escolas, territórios educativos e municípios).

2.4. Esclarecimento de Alguns Conceitos

Em qualquer processo de pesquisa, torna-se necessário esclarecer os conceitos de modo a clarificar as principais temáticas sobre as quais assentará o estudo. Eles são *representações mentais de um conjunto de realidades em função de suas características comuns essenciais* (Dione & Lalle 1999: 91). Começaremos por explicitar os conceitos de *Sistema, Educação, Ensino ou Pedagogia* e *Sistemas Educativos, Reforma Educativa*. De seguida, abordaremos os contextos da sua utilização tendo em vista o desenvolvimento das políticas educativas de forma global.

O «Sistema»⁷

Existem vários conceitos sobre a palavra «sistema», o que apresentamos aqui não pretende ser o melhor conceito no escopo da selecção de outros. Pretendemos, porém, apresentar o conceito que melhor clarifica o objecto do nosso estudo. Por isso, partimos da sua etimologia. O termo «sistema» – do grego *synístanai* – exprime a ideia de «conjunto, ao mesmo tempo», tendo mais tarde evoluído para *reunião de diversas partes diferentes* (Clément., Demónque., Hansen-Love & Kahn 2007: 358). Estes autores aludem que a designação da palavra «sistema» evoluiu para três perspectivas conceituais, assumindo os sentidos descritos a seguir. Em **sentido comum**: compreende um conjunto organizado de elementos interdependentes ou um conjunto de práticas, de instituições, de métodos respondendo a um objectivo definido. Em **sentido epistemológico**: corresponde a construção teórica elaborada pelo espírito para interpretar um domínio do real, ou para o representar no seu conjunto. Em

⁷ Leia-se também Dermoal Saviani (1978) e DIONE & LAVILLE (1999: 91).

sentido filosófico: reflecte um conjunto de ideias organizadas de tal forma que se apoiam mutuamente e as suas definições pressupõem-se reciprocamente nas representações, na coerência global do real e da História.

O conceito de «sistema», apresentado por Rocha (1992), também reflecte um conjunto de partes de uma realidade que se pode apreender na sua articulação recíproca, cuja compreensão torna-se possível no contexto do todo. Daí que a sua noção sugere a ideia de totalidade entendida não como a soma dos seus elementos, mas como o conjunto de elementos interdependentes, onde a modificação de um dos seus constituintes arrasta consigo a deformação do conjunto todo.

O Ensino

A principal dificuldade em definir o conteúdo do ensino resulta da sua proximidade e centralidade na prática quotidiana da actividade docente (Roldão, 2011). Esta ideia é fundamentada pelo facto de que o seu uso inevitável quotidiano no agir docente gera invisibilidade do seu sentido mais profundo. Assim sendo, o conceito que mais se aproxima aos conteúdos do nosso objecto de estudo é aquele que parte do pressuposto segundo o qual o «ensino consiste em desenvolver uma acção especializada, fundamentada em conhecimento próprio, de fazer com que alguém aprenda alguma coisa que se pretende e se considera», isto é, «accionar e organizar um conjunto variado de dispositivos que promovem activamente a aprendizagem do outro, embora não a possa garantir absolutamente», (*op. cit.*: 57). Gaspar (2005), por sua vez, considerou que o termo «ensinar» acentua mais a transmissão de saberes, revelando a preocupação com a aquisição de conhecimentos, salientando algumas dimensões do saber humano.

A Educação

O homem, segundo afirmou Kant, é a única criatura passível de ser educada. Ele não se guia por instintos como os animais, toda a sua acção é fruto de uma cultura aprendida através de um processo ao longo da vida – a Educação (Clément & *et al*, 2007). Daí a preocupação de buscar o sentido real do conteúdo da palavra «educação» de forma a compreender a sua dimensão diacrónica e sincrónica.

O termo «educação» tem a sua génese no latim *educere* que significa extrair, tirar, desenvolver.

Consiste, essencialmente, na formação do homem de carácter. A educação é um processo vital, para a qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela acção consciente do educador e pela vontade livre do educando. Não pode, pois, ser confundida com desenvolvimento ou crescimento dos seres vivos, nem com a mera adaptação do indivíduo ao meio. É actividade criadora que visa levar o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais. Não se reduz à preparação para fins exclusivamente utilitários, como uma profissão, nem para desenvolvimento de características parciais da personalidade, como um dom artístico. mas abrange o homem integral, em todos os aspectos de seu corpo e de sua alma, ou seja, em toda a extensão da sua vida sensível, espiritual, intelectual, moral, individual, doméstica e social, para elevá-la. É processo contínuo, que começa nas origens do ser humano e se estende até à morte, (Brandão, 1983: 63).

A partir deste conceito, compreende-se como é que a Educação, a sua organização e o seu conteúdo preocuparam os pensadores, os estados e as sociedades de todos os tempos, por ser um processo contínuo. Desde Platão a Kant até Rousseau (*op. cit.*, 1983), existiram correntes que defenderam o pensamento segundo o qual o indivíduo deve alcançar no decorrer da sua vida uma conduta de óptima humanidade, a qual só é possível através da Educação. Assim, e de acordo com estas correntes de pensamento, a Educação não é mais do que o desenvolvimento consciente e livre das faculdades inatas do homem.

O sociólogo francês, Émile Durkheim, deixou-nos também a sua ideia sobre a Educação. O termo Educação foi empregue por vezes num sentido muito lato para designar o conjunto de influências que a natureza ou os outros homens podem exercer, quer sobre a nossa inteligência quer sobre a nossa vontade. Ela abarca *tudo aquilo que nós próprios fazemos e tudo o que os*

outros fazem por nós com o objectivo de nos aproximar da perfeição da nossa natureza. A partir da evolução da actividade educativa com relação ao homem em sociedade, o sociólogo definiu que a Educação como a acção exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Tem por objectivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que lhe exigem a sociedade política no seu conjunto e o meio ao qual se destina particularmente (Durkheim 2001: 53).

Palma (1993), também defendeu que, por muito tempo, o termo Educação foi confundido com pedagogia. Tais equívocos continuam a criar confusão até aos dias de hoje. Por esta razão torna-se necessário distinguir cada um deles. A «Educação» tem um sentido mais lato, pois existe desde as origens da humanidade. A Educação é de todos os tempos, de todas as sociedades, de todos os meios, de tal modo que está intimamente ligada às relações que os seres humanos têm entre si.

Sistema Educativo

Tomamos aqui dois conceitos para clarificar a temática. Uma primeira noção apresenta o Sistema Educativo como «um conjunto organizado e coerente de vários elementos que se congregam para atingirem um fim último» (Gaspar, 2005: 360). Esta teoria está fundamentada no facto de que a primeira exigência imposta ao Sistema Educativo é a organização do seu todo, isto é, a sua coerência e a sua consistência que constituem as principais características do Sistema Educativo do ponto de vista da sua eficácia, eficiência e qualidade. Neste sentido o discurso sobre a reforma educativa, mais do que um simples processo formal para a descrição dos factos, deve ser considerado como um elemento integral dos factos e acordos estruturados da escolarização.

O segundo conceito emerge dos trabalhos de investigação sobre a Educação de Varela (2011) que considera o Sistema Educativo como: «um conjunto integrado de estruturas, meios e acções diversificadas que, por iniciativa e sob a responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas, concorrem para a realização do direito à educação num dado contexto histórico», isto é «um conjunto de estruturas e instituições

educativas que, embora possuam características ou peculiaridades específicas, relacionam-se entre si e com o meio ambiente envolvente de forma integrada e dinâmica, combinando os meios e recursos disponíveis para a realização do objectivo comum que é garantir a realização de um serviço educativo que corresponda, em cada momento histórico, às exigências e demandas de uma sociedade» (*op. cit.*, 2011: 11).

As duas concepções encontram convergência na formulação do conceito que o apresenta como um «conjunto de estruturas e modalidades, através das quais se realiza a Educação, tendentes à formação harmoniosa e integral do indivíduo, com vista a construção de uma sociedade livre democrática, de paz e progresso social» (MED, 2010:1).

2.5. Os Princípios Orientadores do Sistema Educativo

À luz do pensamento de Gaspar (2005) entendemos por princípios orientadores do Sistema Educativo os suportes básicos e teóricos que garantem a conduta funcional e o alcance dos objectivos do Sistema Educativo. Gaspar identifica alguns princípios do Sistema Educativo e considera-os fundamentais porquanto eles se cruzam com um conjunto de variáveis que constituem a trama estrutural do Sistema Educativo. Para esta autora, o Sistema Educativo pode ser analisado à luz dos seus fundamentos ou dos princípios orientadores, podendo verificar-se, por vezes, a sobreposição nas suas interações. Os fundamentos traduzem-se numa base que suporta o Sistema Educativo, que podem ser estáticos por natureza. Os princípios orientadores são por sua natureza dinâmicos. Para alguns autores, como D'Hainaut citado por Gaspar (2005), os princípios orientadores derivam dos três grandes vectores que atravessam o Sistema Educativo e se reflectem na componente selectiva, componente homogénea e componente funcional. Em cada um desses vectores, decorrem princípios que acabam por ser grandes indicadores da caracterização dos Sistemas Educativos.

Na componente do **vector da selectividade**, distinguem-se três situações diferentes: o acesso, o percurso e o sucesso. Em qualquer uma destas situações, ocorrem quatro princípios que orientam o Sistema Educativo: o princípio da igualdade de direitos e deveres, o princípio da igualdade de oportunidade, o princípio de solidariedade e o princípio da responsabilidade. Num processo, decorrente e recorrente ao mesmo tempo, enunciam-se para os mesmos

vectores os princípios de universalidade, obrigatoriedade e gratuidade.

No **vector homogeneidade**, entre outros princípios, têm maior evidência o da diferenciação «o direito à diferença, admitindo a unidade ou a diversidade da oferta», (*op.cit.*: 358) o da inclusão ou exclusão, o da permeabilidade ou estanquidade e o da meritocracia.

No **vector funcionalidade**, destacam-se os princípios da utilidade, da flexibilidade, da mutabilidade - para alguns teóricos, a flexibilidade inclui a mutabilidade - e da adaptabilidade.

Cada um destes vectores integra variáveis, cuja diferença de comportamento pode resultar na diferença de caracterização de um sistema. Estes princípios, na prática, ganham outras representações na forma dinâmica e dinamizadora do Sistema Educativo.

Dewey, J. (2007) defendeu a democratização da Educação como um facto já adquirido nas sociedades. Esta aparente explicação fundamenta o princípio segundo o qual um governo da Nação baseado no sufrágio popular não pode ser bem-sucedido se aqueles que o elegem e obedecem não forem bem educados. O autor continua a fundamentar que a democratização da Educação é um processo social e que existem várias tipologias de sociedades, por esta razão há que se ter um critério para a crítica e para a construção do Sistema Educativo que implique um determinado ideal social. Os dois critérios escolhidos por este autor para medir o valor de uma forma de vida social indicam a extensão onde o interesse de um grupo é partilhado por todos os membros e a plenitude com que interage com os outros grupos. Uma sociedade é democrática quando permite a participação de todos os seus membros, em igualdade de circunstâncias, e quando assegura uma readaptação flexível das suas instituições através da interacção das diferentes formas da vida associativa. Sendo isto apenas possível com um tipo de Educação, capaz de proporcionar aos indivíduos um interesse pessoal nas relações e no controlo social e hábitos de espírito que permitam mudanças sociais, sem que se introduzam desordens. Por um lado, a democratização do ensino permite o equilíbrio da política de vida entre o Estado enquanto dirigente e os indivíduos dirigindo. A este propósito Popper (2012), ao reflectir sobre os paradoxos da democracia defendeu que é preciso haver uma educação para a liberdade, pois precisamos da liberdade para impedir o Estado de abusar do seu poder, e precisamos do Estado para impedir a liberdade de promover abusos, o que só é possível numa sociedade com ideal educativo.

Estes autores evidenciam a democratização do ensino como um princípio que deve

nortear o Sistema Educativo, na medida em que as políticas educativas deverão ter uma orientação que permita a construção da sociedade e da consciência dos indivíduos salvaguardando o exercício da cidadania.

2.6. Reformas Educativas

A crença no nacionalismo, na ciência, no progresso e no sucesso escolar, deu espaço ao surgimento de novos procedimentos educativos tomando assim uma orientação mais científica com a elaboração de novos métodos e técnicas de ensino, Serralheiro (2011). A Reforma Educativa constitui um desses instrumentos de renovação e melhoria da qualidade do ensino com a incrementação de novas políticas que tornam os objectivos da Educação mais operantes e exequíveis através do Sistema Educativo ao nível transnacional, nacional, regional ou local.

Apresentam-se neste ponto algumas clarificações sobre a reforma educativa de forma a orientar o nosso estudo. Com efeito, os autores Popkewitz (2000; 2004), Foucault (2006), Werle (2010) e Oliveira (2009), com as suas teorias, construíram uma ideia sobre a reforma que nos remete para uma noção de melhoria, restauro, renovação, conserto ou, simplesmente, para uma noção da necessidade de disponibilização de algo que seja melhor para algum sector social, como por exemplo, a Educação. As reformas representam um processo de regulação e controlo social. As políticas de reforma não representam necessariamente uma mudança educacional. Para chegarmos a essa ideia central, algumas diferenciações devem ser feitas entre os termos «reforma», «inovação», «mudança», entre outros.

A partir deste contexto histórico e das políticas públicas, Popkewitz (2000) delineou uma orientação sociológica da Educação. Para isso, reconhece e recorre aos círculos intelectuais franceses, nomeadamente, Durkheim, Bourdieu e Foucault com as suas tradições filosóficas e teorias epistemológicas sociais. Começou o seu trabalho com a redefinição dos termos e conteúdos da reforma, do profissionalismo e das ciências da Educação no âmbito das relações de poder vigentes; analisa o efeito das reformas como discurso da regulação e de organização social e lança teorias de mudança e inovação educativa com investigadores no campo da Educação⁸.

⁸ Leia-se também, para aprofundar a temática, o artigo «Os saberes e poderes da reforma de 1905» de José Veiga Brás e Maria Neves Gonçalves: Revista Lusófona, 2009, nº 13.

A «reforma» é uma palavra que se refere à mobilização dos estabelecimentos públicos e às relações de poder que definem o poder público. O seu significado varia conforme a posição que ela ocupa dentro das transformações que têm ocorrido no ensino, na formação de professores, nas ciências da Educação ou na teoria do currículo a partir do final do século XIX. A reforma deverá ser entendida melhor, neste âmbito, como parte do processo de regulação social. Mesmo que, por enquanto, não se encontre este conteúdo em certos circuitos de conhecimento, o controlo social é um resíduo da sociologia do saber educativo do início dos anos setenta. Aqui, utiliza-se mais a terminologia da regulação social do que controlo social para enfatizar a importância dos elementos activos de poder, presentes nas capacidades individuais socialmente produzidas e disciplinadas, (Pokewitz, 2000; Brás, J. V. e Gonçalves, M.N., 2009). Ao aplicar a sua política sociológica sobre a Educação, Pokewitz considerou a reforma, numa primeira fase, como a resposta as exigências do desenvolvimento económico, da transformação cultural e da solidariedade nacional focalizando a qualidade de ensino, o currículo escolar e o desempenho dos estudantes. Neste sentido, o papel regulador do Estado, dentro das políticas educativas, deve criar formas estratégicas profissionais que apoiam novos programas e modelos como forma de alterar a prática profissional, aumentar a remuneração dos professores e melhorar o conteúdo e a qualidade de ensino nas escolas públicas. Popkewitz (2000) deu um ênfase muito fulcral na exigente necessidade de mais pesquisa sobre a Educação e maior profissionalismo dos professores.

PARTE III: O CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCATIVAS EM ANGOLA

3.1. Reforma Educativa do Primeiro Governo Constitucional de Angola

O primeiro Sistema de Ensino em Angola apresenta dois momentos historicamente importantes, por constituir um desafio no contexto em que o País se encontrava: a Educação enquanto herança colonial e a Educação pós-colonial, com inovação ideológica do marxismo socialista.

Em qualquer sociedade, o Sistema Educativo é determinado pelos interesses da classe dominante, como reflexo reprodutor das relações de produção existentes, (Teses e Resoluções 1º Congresso do MPLA, 1977). O ensino antes da independência era dominado pelos interesses do país colonizador e pela acção evangelizadora dos missionários católicos e evangélicos. Os objectivos fundamentais desta educação escolar eram os de reproduzir a classe dominante dirigente como dirigente e, por esta razão, o ensino só se desenvolveu nas zonas urbanas numa primeira fase, onde havia maior concentração da população colonial. O crescimento da população colonial também levou a uma expansão escolar. Tais escolas, a grosso modo, eram reservadas aos filhos dos colonos. Embora não houvesse impedimento legal para os negros angolanos frequentarem as escolas, a implantação geográfica das mesmas, a exigência da assimilação para a frequência e discriminação de origem económica e social constituíam um impedimento (*idem*, 1977).

O segundo período histórico da Educação, este situamo-lo após a independência, influenciada pela ideologia Marxista-Leninista do Bloco Leste.

A seguir à independência, Angola defrontou-se com a existência de um Sistema Educativo decalcado do modelo português. As escolas estavam geograficamente localizadas em centros urbanos com pouco acesso e equidade relativamente às populações autóctones. Com o objectivo de «reproduzir a classe dirigente como dirigente» (1º Congresso do MPLA, 1977:44), o sistema educativo colonial impôs uma escolarização excludente, na medida em que servia mais uma classe que a outra. Essa situação resultou em taxas elevadas de analfabetismo, cerca de 85% da população era analfabeta até à implementação da reforma de 1977, pelo menos (MED, 2003).

No âmbito das políticas da reconstrução e desenvolvimento do País, o governo angolano deu prioridade ao investimento no sector educativo. Isto, porque a Educação assume um papel crucial no combate estratégico a vários factores endógenos e exógenos que impedem o perfil de desenvolvimento do País a todos os níveis. Assim sendo, o primeiro Governo da República Popular de Angola adoptou o desenvolvimento planificado da economia, tendo a agricultura como base a ideologia marxista, como meio para atingir uma sociedade socialista e comunista.

Em consonância com o novo sistema político, económico e social do País independente, o novo Governo da então RPA concebeu uma nova política educativa, que resultou na Reforma de todos os Subsistemas Educativos, aprovada em 1977 e implementada em 1978, de forma a corresponder às necessidades do País.

O conflito entre os portugueses e os vários movimentos nacionalistas, bem como a guerra civil que se seguiu após a independência, deixaram o Sistema Educativo em péssimas condições. A maioria dos professores portugueses tinha deixado de dar aulas, inclusive praticamente todos os funcionários da escola secundária. As infra-estruturas escolares, na sua maioria, ficaram danificadas e a disponibilidade dos materiais didácticos era limitada.

O relatório do Primeiro Congresso do Partido do MPLA, publicado em Dezembro de 1977 deu alta prioridade à Educação. O mesmo realçou a importância do Marxismo-Leninismo como base para o Sistema Educativo na formação da «nova geração», mas os objectivos do desenvolvimento da consciência nacional e o respeito pelos valores tradicionais também foram mencionados. A instrução das pessoas que seriam capazes de contribuir para o desenvolvimento económico a todos os níveis foi fortemente incentivada.

Nos primeiros dois anos da campanha de alfabetização (1976-1977), foram instruídos 102.000 adultos no domínio de leitura e escrita. Por volta de 1980, o número tinha crescido para um milhão. Por volta de 1985, a média dos adultos alfabetizados foi oficialmente estimada em 59%. Em finais de 1987, a agência oficial de imprensa de Angola, *Angop*, reportou que as províncias com a maioria da população recentemente alfabetizada incluíam a Huíla, Huambo e Benguela e que 8.152 professores alfabetizados participaram na campanha desde o seu início. A seguir à independência havia 25.000 professores do Ensino Primário, mas pouco menos de 2.000 estavam minimamente qualificados para instruir crianças do ensino primário. A diminuição de professores qualificados fez-se sentir muito nas escolas do segundo nível, onde

havia apenas 600 professores.

3.2. Princípios Orientadores e Finalidades do Sistema Educativo

De acordo com o estabelecido no programa do partido do MPLA e na Lei constitucional da então RPA de 1975, o Sistema Educativo era caracterizado pelos princípios mencionados abaixo.

- **Democratização do ensino:** a Educação tem um carácter democrático pelo que, sem qualquer distinção, todos os cidadãos angolanos têm iguais direitos no acesso e na frequência aos diversos níveis de ensino e de participação na resolução dos seus problemas.
- **Nacionalista:** Ernesto de Vilhena, cit. por Manuel Jorge (2006) afirmara que:

(...) negro, para se poder aperfeiçoar e melhorar as condições materiais e morais da sua vida, deverá abandonar uma grande parte do que constituía a sua própria cultura, e adoptar os valores da nossa civilização, adaptando-se, nos seus limites, a certas funções e obrigações, com o fim de demonstrar a sua aptidão e a sua capacidade, e mostrar que tais valores podem ser necessários e profícuos para o progresso geral da comunidade de que fará parte, a partir de agora. Nesse processo a escola portuguesa vai desempenhar um papel importante, senão principal. Mas o fluxo cultural não se fará em sentido único. Sob a influência do meio ambiente, produzir-se-á uma interacção entre a cultura local e a cultura europeia dominante, (Jorge, M. 2006: 4).

É com base neste contexto que se desencadeia uma mobilização de luta pelo nacionalismo. Inicialmente, do ponto de vista racial, compreendia todos aqueles que pelo sangue, nascimento ou trabalho, tinham laços com o território angolano e com o desejo de mantê-los. Desse conjunto faziam parte a totalidade de negros, mestiços e alguns brancos que tinham laços profundos com o território angolano (*Idem*, 2006).

- **Gratuidade do ensino:** entende-se por gratuidade a isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas e o material escolar. O Ensino Primário é gratuito, quer no Subsistema de Ensino Geral, quer no subsistema de Educação de adultos. Os manuais escolares, a inscrição, a assistência às aulas, tudo isto era igualmente gratuito.
- **Laicidade do Ensino:** o Sistema de Educação angolano é laico pela sua independência de qualquer religião.
- **Unicidade:** a unicidade traduz-se na componente de orientação do Sistema Educativo, desde a dimensão estrutural, planos curriculares, organizativo e administrativo.
- **Integralidade⁹:** este princípio pressupõe que o novo Sistema Educativo seja integral pela correspondência que deve existir entre os objectivos da formação e os de desenvolvimento do país, que se materializam através da unidade dos conteúdos e métodos de formação. Desta forma, é garantida a articulação horizontal e vertical permanente dos subsistemas, níveis e modalidade de ensino.
- **Obrigatoriedade:** o Ensino Primário é obrigatório para todos os indivíduos que frequentem o Subsistema do Ensino Geral.

Estes princípios que orientam o sistema de educativo visavam alcançar as seguintes finalidades: revolução contra a mentalidade política colonial, implantação da ideologia marxista-leninista, reformulação do Sistema Educativo Nacional, criação de um homem novo, escolarizar todos angolanos e combater o analfabetismo.

3.3. Objectivos da Primeira Reforma Educativa

A escolarização colonial, em Angola, nada ensinava sobre a realidade angolana ou africana, mas apenas sobre Portugal e a Europa. Evidentemente, o pouco que se falava de África seria para criar no Aluno o sentimento de que Portugal era uma grande potência e civilizada e que, por isso, qualquer revolta contra a colonização estava condenada ao fracasso. Este contexto histórico do passado colonial provocou outros acidentes nefastos que exigiu da Nação novas políticas e estratégias. É a mesma realidade que esteve na base dos objectivos do

⁹ Estes conteúdos resultam dos trabalhos de investigação realizado no âmbito da disciplina de História da Educação, no curso de Ciências da Educação ao nível da licenciatura, não publicados, 2012.

Sistema Educativo Nacional, após a independência.

A Educação era o meio para responder às preocupações da classe operária e dos camponeses angolanos, entre outros, em dois pontos fundamentais para a construção do «homem novo». Em primeiro lugar, servia para garantir a igualdade de oportunidade para todos, sem discriminação social ou racial, isto é, o acesso a todos níveis de ensino correspondendo assim a necessidade do desenvolvimento nacional; em segundo lugar estabelecer um destaque preponderante na formação de quadros políticos e dando a todos os níveis uma certa qualificação técnico-profissional.

A estes objectivos gerais, o primeiro governo angolano, após a independência, definiu a finalidade da Educação e instrução nestes termos:

- A Educação e a instrução passam a ser preocupação dos próprios povos, dos cidadãos e da competência dos órgãos democráticos da administração local;
- Implantação de uma sociedade socialista, sem discriminação racial, nacional, abolição do privilégio de classe através da nova política de instrução e Educação através do socialismo. Anulação do carácter instrumental da Educação como meio de submissão da maioria pela minoria. Reconhecimento da Educação e da instrução como um direito de todo o cidadão.
- Desenvolvimento de uma educação formal comprometida com a sociedade comunista, dando resposta às necessidades reais do País. Neste sentido, a Educação e instrução tornam-se parte integrante da luta pelo socialismo. Dizia Lenine: «não teríamos confiança no estudo, na Educação e na instrução se eles fossem limitados à escola e afastado da vida e da política. A escola fora da vida, fora da política, é mentira e hipocrisia» (1º Congresso do MPLA, 1977: 50).
- Alterar o fim da sociedade socialista a partir da base, desenvolvendo integralmente a pessoa humana, conciliando o trabalho físico com o intelectual; elevar o nível da técnica e da ciência.
- Unificação do trabalho produtivo com a sociedade intelectual. Isto significa unificar a Educação à produção material, pois a união do trabalho produtivo com o ensino é um dos meios mais poderoso para a transformação da sociedade de hoje.

A concretização desta teorização viria a ser, a longo prazo, forma de garantir quadros

superiores formados na componente teórica e prática, que já tinha sido adquirida pela filiação aos «trabalhos produtivos ligado às classes trabalhadoras».

3.4. Áreas Prioritárias e Estratégicas

A Reforma Educativa de 1977, além da reestruturação de várias áreas do sector educativo, deu também lugar à criação de outras. Entre estas, destacam-se as que foram consideradas mais importantes: a Formação de Professores, a Campanha de Alfabetização, a Reestruturação do Sistema e Subsistemas e a Definição do Currículo.

3.4.1. Formação de Professores

A Formação de Professores era feita através dos Institutos Médios Normais de Educação, IMNE. O nível deste ensino correspondia aos Institutos Médios de outros ramos. Era um ensino de 4 anos, depois da 8ª classe, com produção obrigatória no ramo a partir da 11ª classe. Neste nível, deviam ser formados professores diplomados para o Ensino de Base. Uma vez formados, podiam leccionar integralmente no Ensino Primário, e uma ou duas disciplinas das 4 últimas classes da sua especialização.

A Formação dos Professores dos Institutos Médios era feita nas escolas superiores, devendo prever-se, a curto prazo, a inclusão de cursos de pedagogia em algumas especialidades superiores existentes e, um Instituto Superior de Ciência da Educação.

A curto e a médio prazo, paralelamente à Formação Regular, funcionavam cursos de formação acelerada, cursos de superação permanente e cursos de requalificação. Os «cursos de formação acelerada»¹⁰ visavam a formação de agentes de ensino que a curto prazo deviam cobrir o défice de professores no Ensino de Base, em particular no Ensino Primário, nas 4 primeiras classes.

Os cursos de superação permanente visavam aperfeiçoar agentes do ensino, cuja

¹⁰ Estes modelos de formação tinham a duração de 20 semanas aproximadamente. Previam-se que, no futuro, poder-se-iam candidatar jovens que tivessem a 6ª classe ou correspondente a uma idade já avançada (a partir de 18 anos). Neste caso, durante as 20 semanas do curso recebiam o mínimo de conhecimentos políticos e pedagógicos, segundo a ideologia política, que lhes possibilitava começar a actividade docente.

denominação antes da independência era «monitores escolares». O objectivo destes cursos¹¹, uma vez atingido o fim desejado (i.e., o recrutamento de professores para as escolas), passou a ser da responsabilidade dos Institutos Médios Normais de Educação IMNE. A formação de requalificação visava elevar o nível político e pedagógico dos professores primários diplomados de forma a possibilitar a obtenção da qualificação de técnicos médios profissionais, estando preparados para leccionar integralmente as 4 primeiras classes e uma ou duas disciplinas das 4 últimas classes, cadeiras de especialização e ficando habilitados para o ingresso no Instituto Superior de Ciências da Educação.

Para motivar o aperfeiçoamento contínuo dos agentes do ensino, adoptou-se uma política salarial progressiva, pois «na fase de transição para o socialismo, em que ainda não há um amor total pelo conhecimento, em que a situação material financeira é determinante no prestígio social, seria utópico pensar que só o estímulo moral bastaria para fazer as pessoas duplicarem o seu tempo de trabalho com o estudo simultâneo».

Cursos de superação permanente que visam aperfeiçoar agentes do ensino que o colonialismo denominou «monitores escolares», e que se estimava na época um número de 15.000 - professores de posto e professores primários eventuais, e os professores do Ensino Secundário. Os cursos exigiam uma certa planificação e eram dados à distância, de modo a assegurar o funcionamento normal das escolas.

Estes cursos tinham como objectivo preparar os professores progressivamente, com o mínimo de conhecimentos políticos e pedagógicos, o que lhes permitia elevar constantemente o seu nível de cultural, criar-lhes condições apropriadas não só para atingir o nível de professores primários diplomados, mas também outros estudos superiores a nível da profissão educacional.

¹¹ O objectivo principal destes cursos consistia na preparação dos professores, progressivamente, com o mínimo de conhecimentos políticos e pedagógicos que lhes permitiam elevar constantemente os seus níveis de cultural intelectual e criar condições apropriadas não só para atingir o nível de professores primários diplomados, mas outros estudos superiores a nível da profissão educacional, (Teses e Resoluções, 1977).

3.4.2. Alfabetização

Após a independência, cerca de 85% da população era analfabeta, alude o Ministério da Educação (2010). A nacionalização do ensino e a sua democratização levaram à explosão escolar verificada após a independência do País. Os efeitos escolares estavam acima das expectativas em aspectos quantitativos; triplicou-se o número do Ensino de Base Regular, o número de crianças no ensino infantil aumentou mais de dez vezes mais, fruto do engajamento e da adesão do povo às tarefas da Educação. A sociedade havia compreendido que: «estudar é um dever revolucionário», «quem sabe ensina e quem não sabe aprende» e, por isso, todos aceitaram ensinar e aprender nas escolas, nos bairros, nos grupos dinamizadores, nos lugares mais recônditos do País. Dada a elevada taxa de analfabetismo da população do país, o primeiro governo angolano criou uma Comissão Nacional de Alfabetização, em 1976, tutelada pelo Ministério da Educação e Cultura.

A campanha teve muita aderência da população, desde as zonas urbanas às mais rurais, em quartéis: camponeses e operários soldados todos pretendiam ler, escrever e contar. Em muitos casos, as aulas decorriam debaixo das árvores.

A alfabetização era um meio de mobilização do povo, por esta razão, o Governo criou estratégias pedagógicas, dando mais importância à campanha. Todos deviam aprender a ler e escrever. Os que já sabiam ler e escrever eram requisitados como alfabetizadores que tinham por missão ensinar os que não sabiam.

O MED, anos depois, faz um balanço positivo sobre esta a campanha e refere que, «ao fim dos primeiros dez anos de Batalha de Alfabetização, foram alfabetizados 1.048.000 cidadãos numa média calculada em 100.000 por ano» (VIEIRA, 2007: 93). Mas este período, embora sendo áureo, rapidamente foi acompanhado de constantes debilidades, uma vez que as dificuldades de ordem económica e o agudizar da guerra em quase todo o país, contribuíram para o decréscimo da campanha em muitas regiões.

3.4.3. Estruturação do Sistema Educativo

Subsistema do Ensino de Base

O Ensino de Base é de carácter obrigatório e gratuito. Este Subsistema estava assegurado por duas estruturas paralelas, a estrutura da Formação Regular, a estrutura de Formação de Adultos e Ensino Especial.

Estrutura da Formação Regular

A estrutura da Formação Regular, fundamentada na escolarização de base, a qual já nos referimos antes, estava constituída por 8 classes, repartidas em três níveis de formação: o I Nível com duração 4 anos (1^a, 2^a, 3^a, 4^a classes que corresponde ao Ensino Primário; o II Nível com duração de 2 anos (5^a, 6^a classe) que correspondente ao Ciclo Preparatório; o III Nível com duração de 2 anos (7^a, 8^a classe) que corresponde ao curso geral.

O objectivo deste Subsistema era dar ao Aluno o conhecimento e mecanismos reflexivos para a compreensão dos fenómenos naturais e sociais que o rodeiam, a adequada utilização do conhecimento que habilita o Aluno a aquisição de uma profissionalização quando o terminar e uma preparação para o ingresso num Instituto Médio prosseguir com os estudos noutros estabelecimentos de ensino.

Estrutura de Formação de Adultos¹²

Esta estrutura tendia a extinguir-se, a nível do Ensino de Base, à medida que todas as crianças estivessem escolarizadas e que a mesma cumprisse os objectivos da sua criação. Esta estrutura cumpre os mesmos fins do Ensino Regular, isto é, dar ao Aluno os instrumentos de base do conhecimento. Estava organizada em semestres, com um mês de intervalo, para se poder identificar o ensino e, assim, ganhar tempo. Previam-se aproximadamente 4 semestres de

¹² Esta compreende todos aqueles que, tendo completado 16 anos, não têm o ensino obrigatório concluído. O Ensino Especial é exclusivamente dedicado as crianças portadoras de deficiência.

alfabetização dos adultos, para estes poderem equiparar-se aos alunos do Ensino Regular do I nível de escolaridade, 1^a, 2^a, 3^a, 4^a classes, em termos de conhecimentos e competências na escrita, na leitura, na matemática e na ciência da natureza. A programação e estrutura desta formação admitia uma adaptação pela intensificação da formação no 2º e 3º níveis do Ensino de Base. Desta forma, ao fim de aproximadamente 12 semestres (6 anos), o adulto tinha o mesmo nível de conhecimento da criança que terminou a 8ª classe, embora com programas diferentes. Podia prever-se a um nível determinado, uma formação geral, assegurada por esta estrutura e uma formação profissional correspondente a esse nível geral adquirido, quer em centros de formação profissional, quer nos locais de trabalho. A estrutura era preenchida essencialmente pelos jovens e adultos alfabetizados. É de salientar que alguns alunos já possuíam uma equivalência de níveis que lhes permitia começar nos níveis subsequentes, por exemplo a alfabetização do 5º semestre, 9º semestre, equiparados ao 9 ano actual.

É, fundamentalmente, a partir desta estrutura que se pretendia formar os operários qualificados a nível de indústrias, na agricultura e aperfeiçoar quadros de base da administração. Embora se tenham partilhado os espaços e meios de aulas com os alunos do ensino de tipo Regular, os docentes, os programas e os manuais para a formação dos adultos eram específicos, diferentes, tendo em conta a idade e a vivência dos alunos e a preocupação de acelerar a formação.

Subsistema do Ensino Técnico Profissional

Este Subsistema comporta o Ensino Médio e as escolas de formação profissional que se seguem logo ao Ensino de Base.

Institutos de Ensino Médio¹³

Esta fase de escolarização tinha como objectivo fundamental dar prosseguimento aos conhecimentos gerais que permitiam ao Aluno ingressar no Ensino Superior e formar técnicos médios no ramo de interesse, prioritariamente, para o desenvolvimento socioeconómico do

¹³ Para aprofundar este conteúdo, recomenda-se a leitura das Teses e Resoluções do 1º Congresso do Maior Partido no Poder MPLA PT de 1977.

País. O referido tipo de ensino era ministrado em institutos de tipo médio que englobavam em geral 4 classes, nomeadamente a 9^a, 10^a, 11^a e a 12^a classes. O ensino nos institutos de educação estava estruturado de modo especializado, desde a 9^a classe, para dar rápida resposta às exigências prioritárias do sector económico e do sector social, visando colmatar o défice dos mesmos. A par da formação técnico-profissional, os institutos leccionavam as disciplinas gerais e científicas correspondentes ao ramo escolhido, para permitir a qualificação necessária ao ingresso do Instituto Superior correspondente. Deste modo, em função das necessidades do País, criaram-se vários institutos, tais como: Institutos Politécnicos – «para a formação de técnicos médios de mecânica e electricidade»; Institutos Agrários – «para formação de técnicos de agronomia, zootécnica e veterinária»; Institutos Normais de Educação - «para a formação de professores do Ensino de Base»; Institutos Mineiros - «para a formação de técnicos para os ramos extractivos, sobretudo o petróleo»; Institutos de Construções - «para a formação de técnicos de construção civil, estradas, pontes desenvolver e desenhadores»; Institutos da Saúde – «para a formação de técnicos de medicina, saúde pública, análise, operadores de RX»; Institutos de Planificação, Gestão e Administração «para formação de técnicos em administração, gestão planificação, planificação contabilidade e estatística»; Institutos de Química.

Estes institutos destinavam-se à formação de quadros para a maior parte dos sectores da actividade nacional. Mediante as necessidades, este plano de ensino estender-se-á à criação de outros institutos como o Instituto das Pescas, de Têxtil, da Madeira e do Papel. O ingresso nestes institutos estava garantido pelos alunos que tivessem terminado o Ensino Básico Regular ou adultos que tivessem a motivação de continuarem os estudos e a carreira profissional.

Escolas de Formação Profissional

Dentro do quadro Ensino Técnico-Profissional estavam previstas as escolas de formação profissional que estariam destinadas à formação de trabalhadores qualificados. Estas escolas eram frequentadas principalmente pelos trabalhadores motivados pela necessidade de aperfeiçoar profissionalmente suas actividades e para aqueles que, pela sua idade, tiveram que

sair do Ensino Regular para se inserir no sistema de produção.

Os centros de formação profissional deviam ser completados com um ciclo de semestres correspondente à estrutura de formação de adultos que permitisse ao trabalhador ter bases para prosseguir com a sua formação.

Dessa forma, um operário que adquirisse o conhecimento técnico necessário a ser considerado como qualificação, só o poderia alcançar depois de ter completado, por exemplo, o 8º semestre da estrutura dos adultos ou o 12º semestre.

3.5. Implementação da Primeira Reforma Educativa

A incrementação da Primeira Reforma Educativa pode ser compreendida a partir de dois momentos que a História permite precisar metodologicamente: um primeiro momento que inclui a fase colonial que antecede a independência e a fase da Primeira Reforma caracterizada pela massificação do ensino, e um segundo momento que prepara a Segunda Reforma Educativa.

Definição do Currículo

O objectivo da implementação da IRE teve maior relevo na planificação. A tabela em anexo nº1 mostra a nova organização e estrutura do sistema escolar. Definição do currículo e plano de Estudos do Ensino de Base Regular com o total de horas lectivas semanais em cada classe, sobre a introdução das disciplinas, ver anexo tabela nº4.

Evolução do Corpo Docente

O Estado angolano estabeleceu prioridades à Educação como via para o desenvolvimento. Assim, o ensino passou a ser gratuito dando lugar à massificação. Os efectivos escolares triplicaram-se no Ensino Primário, isto é, no I nível do Ensino de Base Regular e com um aumento de mais de dez vezes mais no ensino infantil, isto é, nas classes de iniciação. Tal como se pode verificar na tabela 2, a população escolar da iniciação e do Ensino

de Base Regular oscilou entre 1.032.854 alunos em 1976/77 e 1.313.800 alunos em 1990/91 (MED, 1992), ver anexo, tabela nº5, sobre os indicadores da evolução do corpo discente após a independência.

Evolução do Corpo Docente

Nos anos lectivos de 1976/1977 a 1981/82, período correspondente a 6 anos, verificou-se em todo o Ensino de Base evolução de 29.680 professores para 43.899 professores o que correspondia a um aumento de 14.219 professores. Os dados estatísticos disponíveis indicam que, a entre 1976/77 e 1990/91, o quadro dos efectivos docentes evoluiu de 29.680 professores para 37.157 professores (ver tabela nº 6).

Evolução das salas de aulas do Ensino de Base

Com a explosão escolar de 1980/81, a rede escolar herdada do sistema colonial tornou-se insuficiente devido ao aumento da população escolarizável; a procura superava a oferta aumentando assim o número de crianças fora do sistema escolar, ver evolução de salas de aulas do Ensino de Base (1976-1990) (ver tabela nº 7).

3.5.1. Segundo Período de 1991 – 2002

Evolução do Corpo Discente

Este período é caracterizado por uma oscilação, transformando-se num constante ziguezague. A frequência mais elevada foi de 237.208 alunos em 2001 na classe de iniciação e a mais baixa, 100.778 alunos em 1992/95. No ano lectivo de 1997/98, no I nível do Ensino de Base, verificou-se uma frequência elevada de 1.272.007 alunos e a mais baixa de 698.486 alunos em 1992/93. No II nível do Ensino de Base Regular, a frequência mais elevada foi de 214.382 alunos em 2001, sendo a mais baixa de 107.412 alunos em 1992/93. No II nível, a

frequência mais elevada fez-se em 2001 com 102.301 alunos e a mais baixa em 1992/93, com 41.339 alunos.

Neste período, o Ensino de Base registou um crescimento de 1.717.624 alunos, representando uma taxa média de crescimento de 8,9% (ver anexo tabela nº 8 sobre os alunos matriculados no Ensino de Base, Médio e PUNIV).

Evolução do corpo docente

No domínio do pessoal docente, do I e II níveis do Ensino de Base, absorviam 76.319 professores, representando 67,6% do total de 112.785 professores, seguindo o terceiro nível com 30.039 professores e o Ensino Médio e Pré-Universitário com 6.427 professores. No I e II níveis do Ensino de Base, 36% dos professores não possuem as qualificações académicas e profissionais exigidas (MED, 2010).

Evolução de infra-estruturas e equipamento

No percurso temporal que vai até 2002 o Ministério da Educação controlava 4.686 escolas (ver tabela nº 9 sobre a evolução das escolas no período de 2002).

3.6. A Segunda Reforma Educativa

3.6.1. Princípios Orientadores do Sistema Educativo e Finalidades

A Segunda Reforma Educativa tenta responder a duas principais questões, sendo a primeira o acesso ao ensino de toda população com idade escolar e a segunda, a qualidade do mesmo, em particular o básico. Tais questões resultaram das debilidades encontradas no antigo Sistema Educativo aprovado em 1977 e implementado em 1978, na então República Popular de Angola. Estas debilidades são reveladas nos aspectos quantitativos e qualitativos do ensino, sendo mais grave a situação no domínio da Educação Básica e da Formação Média (MED, 2001), exigiu uma urgente intervenção estratégica que se traduziu na Segunda Reforma do

Sistema Educativo.

Os objectivos desta Reforma assentam-se em dois planos centrados ao nível nacional e internacional do SE. O primeiro resulta dos estudos realizados pelo MED (1986), isto é, dez anos depois da aprovação e implementação da Primeira Reforma do Sistema Educativo de 1977, os quais revelaram a existência de anomalias referentes ao desempenho escolar dos alunos em diferentes níveis de ensino. A investigação sectorial comprovou que o défice apontado no Ensino de Base tinha incidências maiores e graves nos níveis de ensino subsequentes. Em termos factuais, constatou-se a falta de uma determinação precisa sobre o nível de conhecimento que um aluno devia ter à saída do Ensino de Base para o Secundário. A falta de adequação entre o número de horas lectivas estabelecido nos programas e o tempo real disponível. Do ponto de vista técnico, os conteúdos eram bastante promissores para as condições reais em que se encontrava o País, não obstante, a falta de critérios metodológicos com carácter obrigatório acabou por não produzir o efeito desejado. Daí a urgente necessidade de reestruturação de todo Sistema Educativo, o que, para o efeito, implica uma mudança nos planos de estudo, dos conteúdos, das metodologias de ensino do sistema de avaliação e da organização e gestão das Escolas.

Com o objectivo de dar a conhecer as linhas gerais e específicas, o Ministério da Educação traçou o plano a curto, médio e longo prazo, tendo em vista responder aos desafios sobre o acesso e qualidade nos subsistemas, níveis e modalidades de ensino que o integram. Nomeadamente, as áreas de intervenção são as seguintes: alfabetização e ensino de adultos, Ensino de Base Regular, Ensino Médio (Normal e Técnico-Profissional), Ensino Superior e formação profissional.

Esta intervenção viria a ser a resposta aos compromissos assumidos sobre as recomendações de Conferências Regionais e Internacionais no domínio da Educação, nomeadamente, o Decénio Africano de Educação, instituído pela OUA, o Quadro de Acção do Fórum Mundial sobre Educação Para Todos e o Decénio das Nações Unidas de Alfabetização Para Todos até 2015.

A criação de um quadro jurídico legal, fundamentada na Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei 13/01 de 31 de Dezembro), serviu como instrumento regulador da Política Educativa nacional, definidas como prioridades o **acesso**, a **equidade** e a **qualidade**.

Com base nos critérios de princípios orientadores, objectivos gerais e específicos e a definição das prioridades estabelecidas, iremos descrever e analisar a evolução do Sistema Educativo na actual reforma educativa e saber de que forma ele contribui ou não no desenvolvimento para a melhoria da qualidade do ensino em Angola.

- **Integridade:** o Sistema de Educação é integral, pela correspondência entre os objectivos da formação e os de desenvolvimento do País e que se materializam através da unidade dos objectivos, conteúdos e métodos de formação, garantindo a articulação horizontal e vertical permanente dos subsistemas, níveis e modalidades de ensino.
- **Laicidade:** o Sistema de Educação é laico pela sua independência de qualquer religião.
- **Democratização:** a Educação tem carácter democrático pelo que, sem qualquer distinção, todos os cidadãos angolanos têm iguais direitos no acesso e na frequência aos diversos níveis de ensino e de participação na resolução dos seus problemas.
- **Gratuidade:** entende-se por gratuidade a isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas e o material escolar. O Ensino Primário é gratuito, quer no Subsistema de Ensino Geral, quer no Subsistema de Educação de Adultos. O pagamento da inscrição, da assistência às aulas, do material escolar e do apoio social nos restantes níveis de ensino constitui encargos para os alunos, que podem recorrer à bolsa de estudo interna (se reunirem as condições exigidas), cuja criação e regime devem ser regulados por diploma próprio.
- **Obrigatoriedade:** o Ensino Primário é obrigatório para todos os indivíduos que frequentem o Subsistema do Ensino Geral.
- **Língua:** o ensino nas escolas é ministrado em língua portuguesa. O Estado promove e assegura as condições humanas, técnico-científicas, materiais e financeiras para a expansão e a generalização da utilização e do ensino de línguas nacionais. Sem prejuízo do nº 1 do presente artigo, particularmente no Subsistema de Educação de Adultos, o ensino pode ser ministrado nas línguas nacionais.

3.6.2. Objectivos Gerais da Segunda Reforma Educativa¹⁴

As finalidades sobre as quais a reforma educativa pretendia atingir são essencialmente «a expansão da rede escolar, a melhoria da qualidade de ensino, o reforço da eficácia, do sistema de ensino e a equidade do ensino», (INIDE, 2009: 8).

O DL13/01, de 31 de Dezembro da Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE) obriga a realização de uma reforma total, abrangendo todos os aspectos da Educação em Angola.

O SRE teve os seguintes objectivos gerais: expansão da rede escolar, a melhoria da qualidade de ensino, o reforço da eficácia do SE, a equidade do Sistema de Educação.

A Expansão da Rede Escolar

Universalização da classe de Iniciação e do Ensino Primário de seis classes. Com a aprovação do DL13/01, de 31 de Dezembro, o Sistema de Educação passou a ter três níveis de ensino. Precedem a estes três níveis o Ensino Primário, ponto de partida para o ensino sistemático e obrigatório que foi unificado em seis anos e que assegura a preparação para a continuidade dos estudos no Ensino Secundário, (DL13/01, de 31 de Dezembro, art.º 8.º e 17.º).

A mesma lei obriga a que o Ensino Primário ofereça um Ensino Geral que comporta a Educação Regular e a Educação de Adultos. O Ensino Regular vai da 1ª classe à 6ª classe, no qual se pode ingressar a partir dos 6 anos de idade (art.º 17.º). A Educação ou o Ensino de Adultos que comporta a Alfabetização, no qual o indivíduo pode ingressar a partir dos 15 anos de idade é seguido da Pós-Alfabetização (art.º 33.º). Mediante esta lei, surge ainda a introdução e generalização da Carta Escolar do Ensino Primário e Secundário; expansão e modernização do Ensino Técnico-Profissional; integração de crianças com necessidades educativas especiais no Sistema Normal de Ensino; construção e reparação de novas escolas.

¹⁴ Estes objectivos resultam do estudo sobre as «opções para a reconstrução do Sistema Educativo» de Angola, realizado pelo MED em parceria com a UNESCO e a UNICEF que visava a melhoria da qualidade de ensino, cuja concretização e implementação só foi possível a partir da nova Lei de Base do Sistema Educativo, (DL13/01, de 31 de Dezembro).

A Melhoria da Qualidade de Ensino

A melhoria da qualidade de ensino passa pela reformulação em profundidade dos objectivos gerais da Educação, programas escolares, conteúdos, métodos pedagógicos, estruturas e meios pedagógicos adequados à realidade angolana; melhoria das aprendizagens e enquadramento pedagógico dos alunos; formação inicial e ao longo do exercício dos professores; modernização e reforço da Inspeção Escolar; melhoria da qualidade e quantidade de manuais escolares; melhoria do trabalho metodológico e docente dos professores; garantia da participação da comunidade nos trabalhos da escola (isto é, garantia da relação entre a escola e a comunidade); redução do analfabetismo; expansão do programa de recuperação do atraso escolar.

O Reforço da Eficácia do Sistema de Educação

Esta acção consiste na construção de um sistema de monitorização e avaliação dos processos e resultados do ensino/aprendizagem; melhoria do sistema de informação para a Gestão Educativa; formação de gestores escolares; melhoria na circulação de informação dos dados do processo de ensino e aprendizagem; redimensionamento do perfil da escola, dando-lhe a possibilidade de rentabilizar os recursos disponíveis.

A Equidade do Sistema de Educação

Garantia da igualdade de oportunidades a todos os cidadãos através do Ensino Primário de qualidade, atingindo particularmente as classes mais desfavorecidas; Educação das disparidades de género, de portadores de deficiências psicossomáticas e assimetrias regionais no acesso à Educação.

3.6.3. Áreas Prioritárias e Estratégicas

A reestruturação e o novo organigrama do Sistema de Educação eram das prioridades conjugadas com os objectivos traçados após a independência. Esta prioridade resulta em parte dos desafios apontados pelo diagnóstico realizado em 1986 (MED, 1993) e assumidos pelo DL13/01, de 31 de Dezembro, de 2001. O novo sistema está estruturado em três níveis de ensino, designadamente: o Ensino Primário, o Ensino Secundário e o Ensino Superior. Precedem a estes três níveis a Educação Pré-Escolar, à qual têm acesso crianças com idade até aos 6 anos.

Estrutura do Sistema de Educação

Para responder aos desafios apontados pelo diagnóstico realizado no Primeiro sistema educativo, houve necessidade de reestruturar em três níveis do antigo ensino. Esta inovação é assumida pelo DL 13/01, de Dezembro de 2001. Deste modo, a Educação é realizada através de um sistema unificado, constituído por três Subsistemas de Ensino: Primário, Secundário e Superior (art.º 10.º).

Educação Pré-Escolar

A Educação Pré-Escolar precede os três níveis que se seguem. Têm acesso, a ela as crianças com idade até 6 anos (art.º 51.º). Engloba a creche e o jardim infantil (art.º 13.º). É, geralmente, organizada por idades e culmina com o grupo das crianças com cinco anos de idade, correspondente à classe de iniciação, em que é assegurada a preparação para o ensino sistemático no ensino primário.

A classe da iniciação é obrigatória para as crianças que até aos 5 anos não tenham beneficiado de qualquer Educação dirigida (art.º 51.º).

O Ensino Primário

O Ensino Primário constitui o ponto de partida para o ensino sistemático. Tem carácter obrigatório, unificado em 6 anos e assegura a preparação para continuar os estudos no Ensino Secundário (art.º 17.º). O Ensino Primário é constituído pelo Ensino Geral, que comporta a Educação Regular, que vai desde a 1ª à 6ª classe, e a Educação de Adultos, que comporta a Alfabetização, na qual se pode ingressar a partir dos 15 anos de idade, sendo seguida da Pós-Alfabetização (art.º 33.º).

Ensino Secundário

O Ensino Secundário é constituído por dois ciclos: o I e II Ciclos do Ensino Secundário. O I Ciclo oferece um Ensino Geral contendo a Educação Regular e a Educação de Adultos, com uma duração de 3 anos cada, da 7ª à 9ª classe, e destina-se à preparação dos alunos para continuação dos estudos no II Ciclo do Ensino Secundário (art.º 19.º e 33.º).

O I Ciclo do Ensino Secundário oferece uma formação profissional básica destinada a preparar jovens e adultos para o ingresso no mercado de trabalho. Ainda oferece uma formação intermédia, com duração de 1 a 2 anos, para a profissionalização na docência dos utentes de diplomas da 9ª classe do I Ciclo do ensino secundário geral que não queiram ou não tenham oportunidade de ingressar no II Ciclo do Ensino Secundário (art.º 26.º).

O II Ciclo do Ensino Secundário oferece um Ensino Geral, contendo a Educação Regular e a Educação de Adultos, com uma duração de 3 anos cada, da 10ª à 12ª classe e destina-se à preparação para o ingresso no Ensino Superior (art.º 19.º e 33.º).

O II Ciclo oferece duas formações profissionais, sendo a Formação Média Normal (FMN) e a Formação Média Técnica (FMT), cada uma com 4 anos de duração, da 10ª à 13ª classe, e destina-se à preparação para o ingresso no mercado de trabalho e, mediante determinados critérios, para o ingresso no Ensino Primário (art.º 25.º).

A formação média normal é destinada à formação de professores para o Ensino Primário, nomeadamente, para a Educação Regular de Adultos e a Educação Especial (art.º 29.º).

A formação média normal comporta uma formação intermédia, com uma duração de 1 a 2 anos, para profissionalização dos utentes de diplomas da 12ª classe do II Ciclo do Ensino Secundário Geral, que não queiram ou não tenham oportunidade de ingressar no Ensino Superior. A formação média técnica é destinada à formação de técnicos para os diferentes ramos da vida do país: indústria, agricultura, economia, saúde, artes, desportos, etc. A formação média técnica comporta ainda uma formação intermédia, com uma duração de 1 a 2 anos, para a profissionalização dos utentes de diplomas da 12ª classe do II Ciclo do Ensino Secundário Geral, que não queiram ou não tenham oportunidade de ingresso no Ensino Superior.

3.7. Implementação e Evolução do Novo Sistema de Educação

O processo de implementação da NRE teve 5 etapas, nomeadamente:

Fase 1: Preparação (2002 -2012)

Preparação das condições indispensáveis para assegurar o funcionamento do sistema nas instituições, tais como organização administrativa e gestão do sector ao nível central, local, elaboração de novos currículos, reprodução e fornecimento. Construção de escolas, formação do pessoal docente e gestores escolares.

Fase 2: Experimentação (2004-2010)

Esta fase consistiu, essencialmente, na aplicação dos novos materiais pedagógicos em algumas escolas seleccionadas nas 18 províncias. A organização selectiva e faseada das experiências e competências locais de gestão do NSE, contribuindo para o currículo nacional.

Fase 3: Avaliação e correcção (2005-2012)

Esta fase consistiu na avaliação e correcção do grau e nível da aplicação dos materiais pedagógicos da experimentação. Para o efeito, são tratados os dados e informações recolhidos durante a fase de experimentação do NSE, principalmente na adequação dos currículos.

Fase 4: Generalização (2006 - 2011)

Esta fase consistiu na aplicação dos novos currículos em toda a extensão do território nacional. Foi iniciada em 2006, introduzindo-se progressivamente numa classe após outra, ano após ano, num processo que durou seis anos e que resultaria na extinção completa do antigo Sistema Educativo, em 2011.

Fase 5: Avaliação global (2012)

Nesta última fase, tratou-se de uma avaliação global do dos principais dispositivos do SE: currículo, processo de ensino e aprendizagem, formação de professores, administração e gestão das escolas e recursos materiais. Esta fase foi realizada em 2012, altura em que se esperava que o SE já estivesse em pleno funcionamento.

A NRE em curso materializou-se pelas mudanças significativas, como a adopção do sistema 6+3+3, ou 6+3+4 que corresponde a 6 anos de Ensino Primário, 3 anos para o I CES e 3 anos para o II CESH ou 4 anos para o II CESTP.

Assim, no cronograma da implementação da Reforma Educativa, de acordo com o Decreto Lei n.º 2/05 «sobre o Plano de Implementação Progressiva do Novo Modelo de Sistema de Educação», a experimentação, a avaliação e a generalização dos novos materiais pedagógicos no Ensino Secundário terminou no 3º ano da RE - ano lectivo de 2006 - referentes as seguintes classes; 7ª, 8ª, 9ª 10ª, 11ª e 12ª.

Para o Ensino Primário, devido a esta alteração de 4 para 6 anos de escolarização, a implementação da RE está executada até à fase de avaliação, faltando a generalização dos novos materiais pedagógicos da 6ª classe, que será realizado no ano lectivo de 2011. Neste contexto, já foram introduzidos no Novo Modelo de Sistema de Educação os seguintes materiais pedagógicos: currículos do EP, do I e II CES Geral, do II CES para a formação de professores para o EP e para o I CES; programas e manuais constantes nos planos de estudo do EP e do I CES. Foram também introduzidos dispositivos de apoio ao sistema de avaliação das aprendizagens (sistema de avaliação, cadernetas, relatório descritivo e regulamento de provas ou exames); guias metodológicos e outros recursos didácticos (tais como: Cadernos de

Actividades, Atlas Geográfico, Mapas Temáticos de Química, Biologia e Geografia e Modelos Tridimensionais). A organização selectiva e faseada da experimentação tem permitido que, em cada uma das províncias, se desenvolvam experiências e competências locais de gestão do NMSE, contribuindo para enriquecer o currículo nacional.

PARTE IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste ponto, são apresentados e discutidos os resultados obtidos da pesquisa documental atinente à Reforma Educativa nos dois momentos históricos do ensino em Angola: a reforma do sistema do ensino de 1977 ao abrigo do DL1/75 de Novembro e a de 2001, ao abrigo do DL13/01, de Dezembro de 2001, para o desenvolvimento da educação e ensino em Angola.

O quadro a seguir apresenta, de forma resumida, algumas mudanças parciais, totais e as estratégias já referidas sobre as políticas educativas das duas Reformas do Sistema Educativo Angolano.

4.1. Quadro Comparativo das Reformas

Categorias/Critérios	I Reforma (IRE)	II Reforma (IIRE)
Finalidades	- Revolução contra ideologia colonialista - Implantação do socialismo e da economia planificada -Consolidação do poder popular -Integração, coerência da Educação com as necessidades da sociedade e do desenvolvimento integral universal da personalidade. - Construção do SEN - Implantação do socialismo através da ideologia marxista-leninista e reconstrução nacional. - Criação de um «homem novo» - Prover um futuro melhor à nova geração	- Acessibilidade e equidade no sistema de ensino - Eficácia e qualidade no sistema de ensino -Novas ideologias políticas da organização do estado -Responder às várias formas de economia de mercado - Reformulação do antigo Sistema Educativo - Mobilização política - Inserção no sistema da economia de mercados - Internacionalização dos novos modos de regulação do ensino (externalização) - Mobilidade do conhecimento, certificação
Princípios	- Democratização do ensino - Nacionalismo - Gratuidade e obrigatoriedade - Laicidade - Unicidade e integridade	- Democratização do ensino - Nacionalismo - Gratuidade e obrigatoriedade - Laicidade - Unicidade e integridade -Língua

Objectivos	- Responder às necessidades da classe operária e camponesa - Garantir o ensino a todos angolanos - Formar quadros nacionais - Conciliar o trabalho intelectual com o produtivo - Conciliar a Educação com a política do desenvolvimento integral da pessoa humana - Desenvolver a técnica e a ciência	- Expansão da rede escolar - Melhoria da qualidade do ensino - Reforço da eficácia do Sistema de Ensino - Equidade do Sistema Educativo
Áreas prioritárias	- Restruturação de todo Sistema de Ensino - Criação de escolas de formação de professores (Magistérios primários e escola de base para FIP e IMNE) - Escolas de alfabetização - Formação de professores - Ensino técnico-profissional - Campanha de alfabetização de adultos	A nível central: formação de professores; desenvolvimento curricular e inovação pedagógica; processos e técnicas gerenciais de projectos e monitorização de sistemas, gestão administrativa e pedagógica, liderança e comunicação A nível provincial: técnicas de planeamento, gestão organizacional, gestão de recursos e de projectos;
		A nível das escolas: formação técnica-pedagógica, liderança de grupos e gestão de recursos

Estratégias	- Atribuição de bolsas externas e internas - Campanha de alfabetização de adultos e pós-alfabetização - Criação das escolas polivalentes - Auto-didactismo	Fase de emergência (1995-2000): reformulação das estruturas organizacional do MED; formação e aperfeiçoamento de profissionais: docentes, administrativos e técnicos de Educação; melhoria da qualidade do Ensino de Base; modos de regulação, avaliação, gestão e supervisão; Elaboração de instrumentos de avaliação;
Implementação	1º Período (1977-1990): definição do currículo, evolução do corpo discente e docente; evolução de salas de aulas no Ensino Básico 2º Período: 1991-2002: evolução do corpo discente e docente, infra-estruturas e equipamento	1ª fase: preparação (2002-2012) 2ª fase: experimentação (2004-2010) 3ª fase: avaliação e correcção (2005-2012) 4ª fase: generalização (2006-2011) 5ª fase: avaliação global (2012)

4.2. Análise da Primeira Reforma Educativa:

Finalidades, Princípios, Objectivos, Prioridades e Estratégias

Dos conteúdos analisados, constatamos que na IRE as finalidades e os princípios eram um forte reflexo sentimental de revolta contra a ideologia colonial, daí a expressão «revolução contra o colonialismo». A revolução foi o argumento político para implantar uma sociedade socialista comunista em Angola sob orientação da ideologia marxista-leninista. Defendia-se a ideia de que a força do poder vinha do povo e foi através da campanha de alfabetização que se mobilizou as massas e assim transmitir o poder a toda população do território nacional, daí a expressão «consolidação do poder popular» (*ibidem*). A integração e a coerência da Educação com as necessidades da sociedade eram os argumentos para o bom desenvolvimento integral e universal da personalidade. Pelas expressões «construção do SEN; implantação do socialismo através da ideologia marxista-leninista e reconstrução nacional» subteve-se a ideia de mudança, transformação de um ensino diferente, de uma ideologia política diferente da anterior à independência. Os resultados esperados eram a «criação de um homem novo» e a garantia de uma educação sustentável, «prover um futuro melhor à nova geração».

Neste contexto, as finalidades e os princípios orientadores aparecem como pilares do Sistema Educativo, pois eles orientam o sistema de ensino. Eles têm a sua base teórica na constituição da primeira República Popular de Angola enquanto se afirmava como Estado-Nação, soberano, independente e democrático. Estes princípios tinham como finalidade configurarem-se com o carácter revolucionário, isto é, com a liberdade do povo angolano através do processo da descolonização (art.º 1.º da Constituição de Angola 1975) e que funcionassem como forma de regulação das políticas do Estado, no âmbito da formação de uma nova sociedade comunista e socialista. O Sistema de Ensino é um instrumento para a mobilização, a formação ideológica e política da população a partir da base. A escola passou a ser espaço de inclusão para os que eram excluídos na sua maioria e também meio de mobilização política de reconstrução e consolidação do poder popular. Por estas razões, a escolarização constituiu a primeira prioridade do Governo de então (Teses e Resoluções, 1977). Assim, a leitura e a análise do contexto permitiram compreender que, a pois a

independência, tinha surgido uma nova ideologia política do Estado¹⁵ cujos princípios estruturantes eram construídos na base de uma orientação ideológica do socialismo marxista-leninista¹⁶. Esta componente foi facilitada por via da escolarização de massas a qual assumiu por esta razão o seu paradigma. Assim os professores, os alunos e toda sociedade educativa eram obrigados a receber a Educação a partir dos princípios de orientação socialista. Tal com se pode depreender do relatório do 1º congresso que aprova esta orientação pedagógica:

«... os professores terão de ser formados dentro da ideologia marxista-leninista (...) terão de entender perfeitamente o que é a educação socialista, colectiva e livre, para que possam aplicá-la na prática. Os professores terão de estar conscientes do papel de vanguarda a que são destinados, como promotores da criação dum HOMEM NOVO, como activistas da criação, ao nível de superestruturas, das relações sociais. Para isso, a sua formação tem de ser muito cuidadosa, com um grande conteúdo ideológico e uma capacitação técnica cada vez mais avançada» (Teses e Resoluções 1º Congresso do MPLA, 1977: 75-76).

O excerto esclarece o tipo de escolarização e ideologia educativa defendida que, determinava por sua vez a sociedade que se pretendia. Daí que o carácter democrático do ensino era justificado pelo combate revolucionário, negar a ideologia educativa colonial para implantar a democracia popular. O factor alienante da escola colonial, a liquidação do seu sistema educativo e cultura, a implantação de uma escolarização que se configurasse com a realidade da nação, formar quadros políticos, profissionais e técnicos nacionais para a manutenção do Homem Novo numa nova sociedade eram entre outros factores defendidos pela democratização. Numa primeira fase, Angola contou com a cooperação internacional, que na sua maioria embora fossem diplomados em estudos avançados não eram pedagogos. A boa vontade pelo interesse económico e as condições de trabalho em contexto social e político do País resultou pela negatividade do Sistema Educativo no que respeita aos factores qualitativos e quantitativos.

¹⁵ Surgiu nesta altura a ideologia de uma democracia popular e socialista para a criação e formação de um «homem novo».

¹⁶ Marxismo-leninismo: organização política, económica e social que tem como fundamento a propriedade colectiva dos bens ou dos meios de produção. Para Marx, o comunismo resulta da resolução do proletariado. Sucede ao enfraquecimento do Estado que põe fim à fase socialista. (DUROZOIU, D., & ROUSSEL, A. 2000: 81).

A democratização do ensino à luz do perfil histórico na Primeira Reforma permite compreender que, embora tenha resultado nalgum sucesso no âmbito da negação do carácter alienante da educação colonial, criou outras questões problemáticas ao Sistema Educativo. Surgiu uma escola com mentalidade ou pensamento unívoco, adverso ao espírito de uma escola verdadeiramente democrática. A centralização do poder do Estado sobre a gestão e a administração escolar, deixando-a sem autonomia de decidir ao nível local, provincial ou regional, é, entre outros, aquele problema que contribuiu para o mau funcionamento do sistema, (MED, 1993).

Tendo em conta os princípios e finalidades do novo governo, na primeira reforma educativa verificou-se que o objectivo principal nas políticas do Estado eram o de instruir o povo através das campanhas de alfabetização e a escolarização de toda população com idade escolar. Daí a massificação do ensino escolar, no âmbito do reconhecimento da Educação como um direito de todo ser humano. Embora fosse esta a orientação da escolarização nesta Primeira Reforma, na prática tratou-se de transformar a sociedade angolana numa sociedade comunista socialista. Pela Educação procurava-se responder a várias necessidades do País: centralizar o poder económico, pôr fim a luta de classes, emancipação do homem através da campanha de alfabetização, implantação do socialismo através da ideologia «criação do homem novo», conciliar a Educação e ensino com a formação política militar, dando a oportunidade de obtenção de uma certa qualificação técnico-profissional. Não sendo possível fazer política com analfabetos, o Estado assumiu um papel importante e decisivo no desenvolvimento da escola pública de massas e consequentemente nas políticas educativas, como aliás acontece com quase todos os Estados-Nação (Afonso e Lucio-Villegas, 2007). Segundo Tedesco (2008), os sistemas educativos são uma resposta simultânea ao exigente contexto político do processo de construção da democracia, das nacionalidades e das exigências económicas da formação do mercado.

A estes objectivos juntaram-se outros, tais como a lutar pela nacionalização e identidade cultural, implementação de novo paradigma comunista e socialista de Marx e Lenine, pôr fim ao sistema de ensino colonial que fomentava a luta de classes, implantar uma democracia popular. A Educação e instrução deixam de ser instrumentos, meios para submissão ou subordinação da maioria à minoria; deixam de ser um privilégio e tornam-se um direito de

cada um e preocupação de toda a sociedade. Ela torna-se parte integrante da luta pelo socialismo. Dizia Lenine: «Não teríamos confiança no estudo, na Educação e na instrução se eles fossem limitados à escola e afastado da vida e da política. A escola fora da vida, fora da política, é mentira e hipocrisia» (1º Congresso do MPLA, 1977: 50). Com a Educação, pretendia-se obter o desenvolvimento integral da pessoa humana, conciliando o trabalho físico com o intelectual e unificar o trabalho produtivo com a sociedade intelectual. A análise feita sobre este ponto permite compreender que a implementação dos objectivos delineados na Primeira Reforma Educativa viria ser concretizada a curto, médio e longo prazo, de forma a garantir quadros superiores formados na componente teórica e prática. A necessidade de formação de professores embora tenha sido uma prioridade, não vingou.

Depois de ter definido os princípios, as finalidades e os objectivos, a reforma identificou áreas prioritárias e estratégicas de intervenção. Considerou-se prioritário: a formação de professores, as campanhas de alfabetização, a reestruturação de todo Sistema Educativo e dos seus Subsistemas. Esta realidade deu lugar a novas políticas educativas que se traduziram em novas formas de regulação e configurações de modelos pedagógicos. Por sua vez, surgiram também novas reproduções no seio da comunidade educativa em particular e na sociedade em geral. O Ministério da Educação (2010) refere que cerca de 85% da população era analfabeta. A campanha de alfabetização não só foi necessária para o desenvolvimento do País no âmbito da reconstrução nacional, como também foi meio estratégico para mobilizar a política para a população. A sociedade havia compreendido que: «estudar é um dever revolucionário», «quem sabe ensina e quem não sabe aprende» (MPLA, 1977: 62). Por este motivo, criaram-se formas estratégicas de pedagogia.

Os propósitos preconizados na Primeira Reforma viriam a serem implementados em dois períodos marcantes. O período da massificação do ensino e o período de crise educacional que prepara a Segunda Reforma Educativa. Nos dois períodos, decorrem a definição e o desenvolvimento do currículo, a evolução do corpo discente e docente e, consequentemente, das infra-estruturas e do equipamento subsequente.

4.3. Principais Condicionantes da Primeira Reforma

A análise feita aos documentos mencionados indica que as principais condicionantes da Primeira Reforma Educativa foram de ordem política, económica e sociocultural do País.

Razões Políticas

Na Primeira Reforma havia apenas um sistema político de governo, o Estado «monopartidário», isto é, formado por um único partido. Para além da revolução contra o colonialismo, nas escolas construía-se também uma mentalidade política em desabono dos partidos na oposição, UNITA e FNLA que, no momento, guerrilhavam-se mutuamente. A «OPA» Organização do Pioneiro Angola, a «JMPLA» Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola são o exemplo dos recursos de mobilização e orientação política, definidos pelo Estado. Todo este contexto era fundamentado pela necessidade de favorecer a edificação e consolidação do Estado-Nação com direito democrático popular. Por ser um processo começado sem um historial no País, a constituição que funcionou como sistema regulador do Estado foi sofrendo revisões sucessivas. A título de exemplo, as seguintes leis sofreram alterações: Lei 13/91 sobre a nacionalidade, a Lei 14/91 sobre as associações, a Lei 15/91 sobre os partidos políticos. Nos finais dos anos 80 e princípio dos anos 90, na História do País, foram iniciados três processos constitucionais marcantes: a passagem da economia centralizada e planificada para a economia de mercado, a transição do monopartidarismo para o multipartidarismo e, por último, a passagem da democracia socialista para a democracia pluralista (Feijó, *et al*, 2015).

O Sistema Educativo foi também condicionado na sua globalidade pelos factores da guerra civil que provocou a maior concentração da população nas cidades e grandes migrações para o interior sobretudo zonas litorais e exterior do país. Criou a desestabilização de certas administrações municipais, destruição e degradação de infra-estruturas, escolas, inadequação entre o plano, objectivos traçados e a realidade, descoordenação institucional, centralização do poder do Estado, falta de políticas de formação inicial e contínua de técnicos, profissionais docentes e administrativos. Inexistência de um sistema de um processo de desenvolvimento

curricular definido de forma integral.

Razões Económicas

Nos últimos anos da década de 1980, desencadeou-se um processo de reforma económica que visou alterar o sistema centralizador da economia. A materialização deste processo realizou-se entre os anos de 1987 e 1988, com a aprovação do programa de saneamento económico e financeiro e uma série de leis para a recuperação económica. A política da estabilização da economia do país resultou na construção de uma política monetária, fiscal, cambial e de rendimentos e preços, bem como a política de privatização e reprivatização. Esta acção exigiu a reforma da administração pública, a definição dos seus princípios orientadores, a selecção do quadro administrativo público e a consequente reestruturação do tribunal administrativo (Feijó *et al*, 2015). O primeiro indicador prende-se com a falta de financiamento para o sector da Educação em geral, salários mal pagos e com atraso, falta de infra-estruturas, material escolar, equipamento de salas de aulas.

Razões Socioculturais

Segundo o último censo realizado ainda no tempo colonial (MED, 1993), estimava-se que cerca de 75% da população angolana encontra-se disseminada em três grupos considerados majoritários:

- **os ovimbundu:** com quase 38% de representação populacional autóctone nas províncias do Huambo, Bié, Benguela, Norte da Huila e parte do Kuanza Sul;
- **os m'bundu:** com 23% de representação populacional, predominavam as províncias de Luanda, Bengo, Kuanza Norte e Norte do Kuanza Sul, foi o grupo que mais influência cultural portuguesa sofreu;
- **os bacongo:** com 14% de representação populacional, estavam localizados em grande parte nas Repúblicas do Congo e do Zaire, embora constituíssem elemento dominante nas províncias do Norte de Angola: Uíge, Zaire e Cabinda.

Existiam outros grupos étnicos que habitavam as partes menos povoadas do leste e sul

do País: os Tchokwe, os Kwanhamas, os Nhaneca-Humbe e os Ngaguela que por sua vez eram constituídos por vários subgrupos. Por último, mencionamos também os mestiços, de origem cultural basicamente portuguesa. Este facto é tido como um «mosaico étnico» e traduz-se na existência de uma grande variedade linguística com implicações óbvias no processo de ensino e aprendizagem, assim como nos meios de intercomunicação. O português é a língua oficial e veicular do ensino e da administração. Uma parte considerável da população centrada nas cidades fala a língua portuguesa, embora parte da população nas áreas rurais, para a comunicação quotidiana recorra às línguas regionais como: *umbundu*, *Kimbundu*, *tchojwe*, *n'ganguela* e *osiwambo*.

Acreditava-se que um sistema educativo com princípios orientadores definidos à luz da constituição de Angola podia garantir a igualdade de oportunidades no acesso à escola e à consequente aprendizagem e a continuação dos estudos para melhor contribuir na melhoria da coesão social do País. Hoje, tais princípios justificam-se pelo desenvolvimento do País e pela identidade nacional. A centralidade excessiva do poder por parte do Estado e a carência de quadros na gestão administrativa escolar constituem um obstáculo ao desenvolvimento. A existência de uma certa pressão sobre os sistemas sociais na sua maioria jovem, desemprego, alto nível de criminalidade, «crianças da rua» e «crianças na rua» constituiu factores que enviesaram toda construção do Sistema Educativo preconizado após a independência.

4.4. Análise da Segunda Reforma Educativa

Princípios, Finalidades, Objectivos, Prioridades e Estratégias

Da análise feita aos princípios da nova reforma educativa ao abrigo do DL 13/01, de Dezembro de 2001, constatou-se que os ideais salvaguardados pelos princípios da Primeira Reforma continuam a serem defendidos na Segunda Reforma. Contudo, verificou-se uma diferença nos conteúdos de um modo geral, os quais permitem deduzir que o novo sistema, na sua generalidade, tenha adoptado os mesmos princípios gerais, embora o seu enunciado seja igual, as suas interpretações são totalmente divergentes.

Na actual reforma os princípios são definidos num contexto das políticas educativas que

tem como finalidade adequar o sistema nacional aos critérios do sistema educativo internacional - a «educação para todos», (cf. Jomtin, 1990), isto é, Educação como direito. Por isso, a Educação deve ser inclusiva e democrática. A valorização das políticas educativas centradas nos contextos locais, provinciais e internacionais é o meio estratégico a utilizar para que se alcancem estes objectivos.

Na Segunda Reforma, os princípios são definidos e aprovados pela Assembleia Nacional da República, representada pelos deputados (CRA, 2010). Esta comparação é ainda mais notória no conceito e interpretação do princípio da democratização do ensino na nova reforma educativa. A visão democrática do ensino permite observar que, enquanto princípio orientador do Sistema Educativo, esta se enquadra ao abrigo da lei constitucional de Angola que consagra a Educação como um direito humano (CRA, 2010). Segundo Zau (2010), o conceito de democratização de ensino, para além de referir a Educação como o direito do homem, confere também a ideia de composição social da escola no que diz respeito ao equilíbrio na representação proporcional de classe e camadas sociais, de sexo e religiões. Dewey (2007) alude que a democracia, sob o ponto de vista educativo, consiste na realização de uma vida social, onde os interesses se interpretam mutuamente. Neste sentido, pode dizer-se que a «democratização da Educação é um facto adquirido». Esta aparente explicação fundamenta o princípio segundo o qual um «governo baseado no sufrágio popular não pode ser bem-sucedido se aqueles que o elegem e obedecem não forem bem educados» (Dewey, 2007: 88).

Sobre os objectivos do Sistema Educativo, constatou-se que, o longo período da História do ensino colonial, a «herança colonial» e o percurso de anos atribulados com a guerra civil após a independência reproduziram uma série de questões problemáticas de ordem estrutural, organizacional e funcional. Estes factores traduziram-se numa excessiva centralização burocrática e impuseram um peso enorme ao Sistema Educativo (MED, 2010). O resultado deste contexto foi o défice do Sistema Educativo demonstrado nos aspectos qualitativos e quantitativos.

A partir da análise feita, concluiu-se que a Segunda Reforma se fundamenta no DL13/01, de 31 de Dezembro de 2001, da Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE), a qual obriga à realização de uma reforma total, abrangendo todos os aspectos da Educação em Angola. Com

base nesta força de lei, a NRE pretendia atingir os seguintes objectivos gerais: «expansão da rede escolar, a melhoria da qualidade de ensino, o reforço da eficácia do SE, a equidade do Sistema Educação» (INIDE, 2009: 8).

A expansão escolar, ao abrigo do DL13/01, de 31 de Dezembro, de 200, deu espaço à universalização da classe de iniciação e do Ensino Primário de seis classes. Constatou-se que, com a aprovação do NSE, a escolarização passou a ter três níveis de ensino. Precede a estes três níveis o ensino primário, ponto de partida para o ensino sistemático e obrigatório, que foi unificado em seis anos e que assegura a preparação para a continuidade dos estudos no Ensino Secundário, (DL13/01, de Dezembro, art.º 8.º e 17.º). A mesma lei obriga a que o Ensino Primário ofereça um Ensino Geral que comporta a Educação Regular e a Educação de Adultos. O Ensino Regular vai da 1ª classe à 6ª classe, ao qual se pode ingressar a partir dos 6 anos de idade (art.º 17.º). A Educação ou Ensino de Adultos que comporta a Alfabetização, no qual o indivíduo pode ingressar a partir dos 15 anos de idade, é seguido da Pós-Alfabetização, (art.º 33.º).

A este nível, constatou-se também que, até 2002 o Ministério da Educação contava apenas 4.224 escolas (ver quadro nº9)

A exemplo do que aconteceu na Primeira Reforma em 1976 com a democratização do ensino em 1980/81, relativamente ao fenómeno da explosão escolar (MED, 1993), também se registou uma explosão escolar com o final do conflito armado em 2002. Esta determinou consideravelmente a evolução do corpo discente e docente no quadro do SE em todos níveis e com maior incidência no Ensino Primário (ver quadro nº 10).

Com o fenómeno da explosão, o desafio do fim da guerra em relação ao Sistema Educativo exigiu uma resposta do Estado. Assim, este último ergueu, reabilitou e equipou uma série de escolas, em colaboração ou apoio das comunidades e participação dos parceiros nacionais e diversas estratégias em todas províncias. No período de análise, o número de salas de aulas nos níveis do Ensino Primário e secundário era de 19.012 em 2002, passando para 50.516 em 2008, em todo território nacional. O que significou uma taxa de crescimento de 165,71%. Neste período construíram-se 32.504 novas salas de aulas, o que representa uma média de anual de 4.500 salas por ano construídas (ver tabela nº 10).

Constatou-se que, com esta intervenção do Estado em conjunto com os parceiros,

resultou no aumento de capacidade do MED em responder à demanda do acesso à escolarização entre os anos 2002 e 2008. Calcula-se uma percentagem de 111,54% de investimento (INIDE, 2009).

Ainda segundo esta instituição (INIDE, 2009), a partir destes indicadores de evolução, conclui-se que houve, de igual modo, uma evolução no sistema da Educação ao nível geral e, sobretudo, no que diz respeito ao corpo discente, pessoal docente, construção, reabilitação e equipamento de salas de aulas. A partir desta acção, o MED cumpre o dever de reduzir as desigualdades, contribuir para o desenvolvimento nacional, atender à população educativa das periferias. Implementou-se a modalidade de ensino especial, enquadrando, até ao ano de 2010, cerca de 10.000 alunos nas 18 províncias, nos vários níveis de ensino, incluindo o Ensino Superior. Constatou-se também a existência e evolução do ensino particular ou privado. Considerou-se que o ensino particular e o comparticipado são aliados importantes no alargamento do acesso à escolarização que o Ministério da Educação tem vindo a ajudar a expandir e a consolidar o processo de escolarização.

Outro elemento que mereceu a nossa análise no quadro dos objectivos da NRSE diz respeito à melhoria da qualidade de ensino. Este compreende uma série de factores tal como o modo de gestão, o modo de organização escolar, a centralização administrativa, o financiamento geral e autonomia da escola.

A dependência total do financiamento do Estado através do OGE, a ajuda externa não regular e a contribuição das famílias, através de pagamento de alguns serviços, foram factores que constituíram um impedimento ao sucesso escolar. Em média, o sector educativo recebe cerca de 7% do orçamento geral do Estado, estando aquém das medidas para a Educação em África, que são 17,8% e 16,7% nos países da SADAC. No marco internacional para o alcance da meta da Educação para todos (EPT) é de 20%. No âmbito da reconstrução nacional, o Estado incrementou políticas de aumento equiparadas às médias africanas. Sobre os investimentos cumpriu-se cerca de 25%, o que se manifesta como preocupação (INIDE, 2009). Constatou-se também um acréscimo nos efectivos docentes, com uma taxa de média de anual de 14,54% em território nacional. Os resultados das estatísticas revelam que a «determinação do MED na valorização dos profissionais de ensino é demonstrada fortemente quando se observa a evolução do salário mínimo dos docentes» (INIDE, 2009: 25). Constatou-se também que houve esforço

no cumprimento dos objectivos traçados a este nível, tal como a formação e capacitação dos recursos humanos. Foram efectuadas inovações no âmbito de proporcionar a qualidade de ensino. Neste ponto, as grandes inovações são indicadas no percurso do processo de ensino-aprendizagem, isto é, nas aulas das classes de experimentação, avaliação e generalização, porquanto foram realizadas na base de novos materiais pedagógicos. A estratégia consistiu na elaboração, produção e distribuição de novos manuais escolares e elaboração de guias metodológicos no âmbito da RE. Ainda no mesmo âmbito realizaram-se os seguintes projectos: participação de desenvolvimento curricular com carácter internacional e nacional, acções de formação profissionais, acompanhamento do funcionamento de escolas, manuais de apoio aos alunos, seminários etc. (INIDE 2009).

A participação da comunidade educativa, as estratégias de reforços das capacidades que interesse todo Sistema Educativo (MED, 2010); as políticas educativas delineadas a partir destas perspectivas foram tidas como garantia da melhoria da qualidade de ensino e das aprendizagens. Na análise feita no contexto da NRE nacional de Angola, verificam-se poucos indicadores de cumprimento dos objectivos preconizados neste ponto.

O reforço da eficácia NSE é o terceiro objectivo da Reforma Educativa. Segundo o INDE, os resultados em relação ao aproveitamento dos alunos constituem uma componente importante de apreciação da eficácia da implementação do Novo Sistema, Educativo (NSE), em comparação com o Sistema de Educação em Extinção (SEX). Na análise comparada, verifica-se que, do ponto de vista técnico e metodológico, o NSE está mais elaborado que o SEX, o que na prática se traduziu numa redução da taxa de abandono escolar no I e II Ciclos (INIDE, 2009). Constatou-se também a existência de evidências de melhoria do ensino no domínio da qualidade. Tal facto deve-se à introdução do novo sistema de avaliação, aos novos programas, aos novos manuais, à nova política e técnicas de formação de professores que intervieram na implementação e às novas metodologias de ensino. A distribuição da merenda escolar é um indicador que fez diminuir os efeitos dos factores exógenos de carácter social (*idem*, 2009).

Por último, o NSE traçou um objectivo que reflecte a equidade do Sistema Educativo. Com base nas metas traçadas pelo MED, através do instrumento de avaliação, o Sistema Educativo evidenciou indicadores como a Educação de Adultos com início no ano 2007, DL

9/07, de Fevereiro. Esta lei aprovou a estratégia do relançamento da alfabetização e a recuperação do atraso escolar. O Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE) caracterizou-se pela flexibilidade de horários e turnos, a diversificação do material didáctico, tendo em conta a participação que, consistiu no estímulo e elevação da auto-estima dos adolescentes, jovens e adultos, de forma a despertar neles o interesse de prosseguir com os estudos.

A estrutura curricular possui dois níveis: a alfabetização e a pós-alfabetização. Os conteúdos são condensados em 5 módulos, uma vez concluídos com êxito, o Aluno cumpre os objectivos do Ensino Primário em dois anos e meio e o secundário, em conformidade com o ritmo de cada Aluno. Seguem-se outros indicadores da eficácia e equidade os seguintes elementos: a gratuidade do ensino com a cobertura de 64,5% até 2008 e o género, onde o sexo feminino apresenta um total de 51% nas campanhas de alfabetização.

Quanto à estrutura do NSE, esta é composta por três de três níveis: Primário, Secundário e Superior. O seu Subsistema obedece à seguinte estrutura: Educação Pré-Escolar, Ensino Geral, Ensino Técnico-Profissional, Formação de Professores, Educação de Adultos e Ensino Superior.

4.5. Pontos Condicionantes da Segunda Reforma

A análise realizada permite compreender que, apesar dos indicadores da evolução do NSE, existem outros elementos que condicionam o seu desenvolvimento. Os mais evidenciados neste primeiro diagnóstico realizado ao NSE, apresentamo-los por razões metodológicas, mediante os pontos analisados a partir dos objectivos traçados, traçados na RE.

Dificuldades de localização de espaço para construção de novas escolas nos centros urbanos; as escolas que ficam muito distantes das residências dos alunos e outras sem condições, como a falta de energia eléctrica e água canalizada; os espaços educativos sem mínimas condições para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

A falta de bibliotecas escolares e de formação para todos os professores na fase da generalização dos novos materiais pedagógicos; a limitação quantitativa do material pedagógico, insuficiente quantidade de manuais escolares para os alunos, a existência de

algumas dificuldades para a sua distribuição e a falta de transporte escolar.

A carência de trabalho sistemático, metodológico e escalonado (MED-DPE-Escola-Professor) impôs um peso enorme ao Sistema Educativo. O material pedagógico foi introduzido sem qualquer preparação técnica adequada aos professores. Os materiais pedagógicos foram introduzidos e experimentados de forma generalizada, existindo falta de conhecimento entre a eficácia dos níveis de aprendizagem dos alunos e da qualidade do ensino ministrado pelos professores, em função dos novos materiais pedagógicos, por não se ter realizado as provas de aferição das competências dos alunos, assim como a avaliação do desempenho dos professores. Ainda se verifica uma inadequada estruturação orgânica das direcções provinciais da Educação para atender às tarefas do sector; a insuficiente quantidade de manuais escolares para os alunos e a sua tardia distribuição.

Registam-se ainda outras dificuldades, tais como a insuficiência de professores diplomados com competências pedagógicas nas zonas rurais; a interrupção de aulas em tempo de agricultura (o cultivo nos campos para a auto-sustentabilidade familiar), a migração sazonal dos alunos em algumas regiões do país e um elevado índice de pobreza dos Encarregados de Educação.

Conclusão

O estudo e análise do desenvolvimento do Ensino de Base em Angola realizados mediante a base de dados documentais e de outras fontes bibliográficas permitiram chegar às conclusões delineadas a seguir. Com a independência, Angola teve necessidade de definir novas políticas do Estado e de todos sectores públicos, entre os quais o da Educação. Em consonância com o sistema político, económico e social estabelecido em 1975, definiu-se também uma política educativa de forma a corresponder às necessidades do País e à consolidação da independência nacional. Adoptou o desenvolvimento planificado da economia, onde a agricultura foi assumida como base e a indústria como factor decisivo para o desenvolvimento do País. Esta nova política de ensino era fundamentada pela ideologia marxista-leninista em busca de uma sociedade socialista-comunista, onde a escolarização vs. ensino deixaria de ser instrumento de dominação da classe burguesa e facilitadora da divisão de classes. O ensino passaria a ser um instrumento da sociedade comunista, sendo, deste modo, parte integrante da luta pelo socialismo¹⁷.

Esta nova política do estado em relação à Educação deu espaço a uma Primeira Reforma Educativa em Angola, aprovada em 1977 e implementada em 1978, para garantir a implementação e viabilidade da nova política do Estado no que diz respeito à mudança. Segundo refere Popkewitz (1999), as mudanças ou reformas podem ser relacionadas com uma tendência para que os projectos políticos se tornem mais locais e menos focalizados na classe. Qualquer reforma de um Sistema Educativo implica uma reflexão preliminar sobre as finalidades da Educação, os seus objectivos¹⁸ e o seu papel na sociedade em geral. Em qualquer inovação neste domínio, os objectivos educativos que se pretendem alcançar são sempre modificados ou pelo menos questionados, para que possam ser adequados à nova realidade,

¹⁷ Leia-se os princípios de base para a reformulação do Sistema de Educação e ensino em Angola de 1977, in: Teses e Resoluções do Primeiro congresso do MPLA.

¹⁸ Os conceitos de finalidade e objectivos da Educação são entendidos por Hummel (1979) em duas perspectivas, divergentes e convergentes: as finalidades da Educação fazem sobressair a reflexão filosófica sobre o homem, sobre a existência humana no seu contexto histórico e sobre os sistemas de relações que ligam o homem à natureza e à sociedade em que vive, cria e age. Os objectivos pertencem ao domínio da política educativa e visam solucionar problemas concretos com que as sociedades são confrontadas. Dessa forma, a finalidade e os objectivos da Educação são emanações de sistemas de valores e de normas explícitas igualmente comuns noutros contextos culturais: mitos e crenças, religiões, filosofias e ideologias, obras literárias, etc.

(Hummel, 1979). À luz do pensamento deste autor, verificou-se que a Primeira Reforma Educativa condensou as finalidades e objectivos do Ensino Nacional na busca por e formação de um «novo» homem angolano, desprovido de preconceitos e munido de competências intelectuais (Zassala, C. 2012), de forma a intervir com o seu contributo no desenvolvimento da Nação. O ensino baseado nos princípios e finalidades definidos pelas reformas educativas estabeleceu objectivos e prioridades precisas para a escolarização nacional. (MED, 1993; 2009; Zassala, 2012).

Um diagnóstico efectuado ao sector educativo em 1986 e, posteriormente, os estudos realizados por uma equipa de membros representantes da UNESCO, UNICEF e o MED (1993) identificaram a existência de várias anomalias. Assim, concluiu-se que existiam enormes fraquezas no Sistema de Educação, sobretudo no Ensino Básico, com repercussão nos níveis subsequentes. A falta da mobilização de recursos humanos, os recursos materiais e os meios financeiros que se destinavam a minimizar os problemas causados pela guerra impediam o investimento adequado no sector da Educação. Isto reflectiu-se num desequilíbrio bastante acentuado entre a demanda e a oferta educativa. A falta de um sistema eficaz para a formação inicial e contínua de professores traduziu-se na deficiente qualidade do corpo docente, agravada pelos fracos níveis formação inicial e pela constante mobilidade interministérios de professores¹⁹. Outra situação ainda mais grave era a dos currículos bastante extensivos e ambiciosos, com cargas horárias demasiadamente pesadas, pouco uniformizadas. Esta situação era ainda mais agravada com a falta de materiais didácticos de qualidade, (MED, 1993; ENIDE, 2009). De um modo geral, constatou-se que os conteúdos de ensino eram bastante ambiciosos para as necessidades do país, mas a falta de critérios para o cumprimento dos programas reflectiu-se no fraco desempenho do Sistema Educativo em termos quantitativos e qualitativos. Assim, conclui-se que as condições exógenas e endógenas²⁰, sobretudo as que

¹⁹ Entre 1981 e 1984, 10.000 professores abandonaram o Ministério da Educação, tendo como causa a situação político-militar, a baixa remuneração salarial e as péssimas condições sociais. No II e III níveis, o Ensino de Base era da responsabilidade de docentes estrangeiros, cuja língua de comunicação e a formação profissional era diferente, conforme a sua nacionalidade.

²⁰ Apesar dos programas ambiciosos, as cooperações internacionais, no âmbito do desenvolvimento do país através do ensino, infere-se que «o enorme atraso educacional nos primeiros anos da independência, a instabilidade política e a devastação causada pela guerra civil, o subdesenvolvimento e a má gestão nas esferas da vida civil, económica e social, o peso do crescimento da pobreza e absoluta, etc. impuseram um preço extremamente alto no Sistema de Educação Básica e no nível educacional» (Roca, 2000: 13).

estavam relacionadas com a situação política²¹, social e económica do país foram as principais causas que contribuíram para o fracasso do cumprimento dos objectivos propostos pelo governo na Primeira Reforma Educativa.

A situação começa a mudar no início da década de 90 com as novas ideologias políticas de governo: novas formas de organização socioeconómica, que apontava para liberalização da sociedade, com a passagem gradual de uma economia de mercado e a criação de um Estado Democrático assente num sistema político multipartidário. Tratavam-se de novos objectivos educativos, de forma a adequá-los aos novos contextos sociopolíticos. Com a retomada das hostilidades, em Novembro de 1992, estes objectivos foram congelados.

Face ao fraco desempenho do Sistema Educativo manifestado nos aspectos quantitativos e qualitativos, provocado por vários factores endógenos e exógenos²², em 2001, foi aprovada uma Nova Lei de Base do Sistema Educativo, DL 13/01, de 31 de Dezembro, a qual fundamenta a Segunda Reforma do Sistema Educativo em Angola. A NRE constituiu objectivos²³ a expansão da rede escolar, a melhoria da qualidade de ensino, o reforço da

²¹ Entenda-se por situação política a guerra civil que se desencadeou a seguir à independência, a qual se manifestou numa desestabilização total e parcial em províncias, municípios e comunas; na destruturação de muitas famílias e escolas públicas, sobretudo nas zonas do interior, as mais afectadas pela guerra, o êxodo das famílias para as zonas do litoral.

²² Em 1992, após as eleições, o País vê-se novamente confrontado com uma guerra interna que paralisa grande parte das empresas anda em funcionamento, mas de si debilitadas pela saída de milhares de quadros técnicos e pela inoperância ou desvio de numerosos equipamentos; dezenas de infra-estruturas destruídas, estradas minadas criando inviabilidade de ligações entre as províncias; a rede comercial é destruída e as dificuldades económicas aumentam cada vez mais. Face aos principais factores condicionantes do antigo Sistema Educativo, acrescidos pela hostilização da guerra civil que se traduziu em várias formas de «reproduções sociais» (Bourdieu e Passeron, 1989), houve necessidade de descobrir novos saberes no âmbito do desenvolvimento do País. Daí o surgimento da Nova Reforma Educativa, entendida como um processo de transformação estrutural do Sistema Educativo, com incidência nos princípios de orientadores e nos objectivos, conteúdos, programas curriculares, metodologias e adequação dos recursos educativos, (MED, 1993: 72). A reforma em causa implicou mudanças profundas a nível do poder central e do poder desconcentrado. Aprovada pelo DL13/01, de Dezembro e implementada pelo DL 2/05 de 14 de Janeiro, o novo Sistema Educativo pretendia melhorar a qualidade de ensino através da oferta de um novo projecto educativo, inserido numa nova estrutura.

²³ Os novos objectivos traçados implicaram um estudo e constatação das graves debilidades do antigo Sistema Educativo, aprovado em 1977, nomeadamente, a falta de uma determinação precisa sobre o nível de conhecimentos que um Aluno devia ter à saída do Ensino de Base, a disparidade existente entre as horas lectivas e os programas, isto é, o tempo real disponível e os programas estipulados. Conteúdos de ensino ambicioso para as condições reais do País, mas sem critérios para o seu devido cumprimento obrigatório, descoordenação institucional, funcional dos recursos humanos e a escassez de infra-estruturas, falta de um processo de desenvolvimento curricular concebido de forma integrada e global, falta de material didáctico e políticas de elaboração de manuais escolares, deficiente qualidade e quantidade do corpo docente, fraco índice de rendimento escolar, inexistência da carta escolar e a falta de sistema de formação de administradores de Educação.

eficácia do Sistema Educativo e a equidade do mesmo²⁴. A incrementação dos objectivos traçados pela nova reforma exigiu a aprovação do DL 2/05, de 14 Janeiro sobre o «plano de implementação progressiva do Novo Sistema de Educação» dividido em cinco fases: preparação, experimentação, avaliação e correcção, generalização e avaliação.

Todo contexto referido prova que o sector da Educação em Angola tem vindo a sofrer várias transformações desde a independência até aos tempos de hoje. A Reforma Educativa foi bastante abrangente a ponto de dar uma nova visão ao sector educativo. Note-se que, com o fim da guerra em 2002, acontece um segundo fenómeno da explosão escolar à semelhança do que aconteceu após a independência. Alargou-se consideravelmente o acesso à Educação, não obstante, a NRE desviou-se mais da mera expansão do acesso à escolaridade para dar maior foco à melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos através de novos métodos e técnicas estratégicas de ensino e aprendizagem: institucionalizaram-se 6 anos de Ensino Primário, obrigatório e gratuito, lançamento de uma reforma curricular, construíram-se muitas infra-estruturas escolares e contrataram-se muitos professores. Entre 2002 e 2008, o número de salas de aulas duplicou com a mesma proporção entre o Ensino Primário e o Ensino Secundário, enquanto o corpo docente crescia à mesma velocidade.

Surgiu o Ensino Especial em qualidade e quantidade e uma maior abertura do Estado aos parceiros, traduzindo-se no surgimento do ensino particular, na reforma técnico-profissional – RETEP - no financiamento, embora não de forma a satisfazer o estabelecido a nível internacional (MED, 2003-2011; INIDE, 2009).

Levando em consideração os aspectos económicos, sociais, culturais, ambientais e éticos, próprios do desenvolvimento humano, constatamos que a Educação é a *conditio sine qua none* de um determinado País atinge o desenvolvimento ou alcança vias para o mesmo. A falta de escolarização ou a deficiente qualidade do sistema de ensino condiciona um conjunto de conhecimentos transversais, adquiridos através das habilitações e competências comprovadas pelos outros sistemas de ensino. A par disso, fica igualmente condicionado o desenvolvimento do capital humano, o capital individual, social e do conhecimento (MED, 1993; Cabrito, 2002; Roca, 2000).

²⁴ De um modo geral, esta última reforma assumiu um vector estratégico no combate a pobreza, ao analfabetismo, na promoção da saúde, redução das desigualdades sociais e de género, recuperação socioeconómica, construção de uma sociedade democrática, de direito, no alcance e preservação da paz.

Não obstante os indicadores positivos alcançados na NRE, constatou-se que existem vários pontos que condicionam o desempenho do Sistema Educativo, em geral, e os objectivos traçados, em particular. Na expansão da rede escolar, verificou-se o seguinte:

- Em relação à melhoria da qualidade do ensino, desenvolveram-se programas como a legalização das línguas nacionais nas escolas, elaboração e edição de novo material pedagógico, formação inicial e contínua de professores, desenvolvimento do ensino especial, desenvolvimento do ensino técnico-profissional, produção de cadernos escolares, reestruturação da inspecção escolar, criação de banco de dados. Deu-se maior valorização e importância à formação de todos os efectivos da Educação, nomeadamente, professores, directores de escolas, administrativos, educadores da área da educação especial, inspectores e supervisores. No âmbito do processo do ensino e aprendizagens, foram apresentadas inovações como experiência de novos métodos de avaliação dos alunos, com base nos novos materiais pedagógicos, e a novas terminologias mais consentâneas ao nível internacional.
- Ensino Primário unificado em seis classes: da 1ª à 6ª classe
- Ensino Secundário estruturado em dois ciclos, sendo I Ciclo correspondente à 7ª, 8ª e 9ª classe e o II Ciclo, à 10ª, 11ª, 12ª classe para o Ensino Geral e 13ª para o ensino técnico-profissional (INIDE, 2009). Introdução de novas disciplinas, alargamento de cursos no II Ciclo do Ensino Secundário geral, inclusão de disciplinas especiais opcionais, novas concepções e métodos de avaliação das aprendizagens, novos currículos e manuais escolares, introdução das TICs e montagem de laboratórios modernos de informática, química, física e biologia nas escolas secundárias.

Estes indicadores revelam que, no domínio da qualidade de ensino, existem evidências de melhorias. Os novos manuais, a nova dinâmica de formação dos primeiros professores para o sistema de reforma com novas metodologias de ensino e aprendizagem, os novos métodos de avaliação constituíram peças fundamentais dessa melhoria.

Não obstante, os êxitos evidenciados positivamente, o INIDE (2009) refere que existem outros factores que constroem o desenvolvimento do novo Sistema Educativo. Sobre a expansão escolar, constata-se a falta de terrenos em zonas urbanas para construção de novas

escolas, escolas muito distantes das localidades, escolas sem corrente eléctrica nem água potável, havendo falta de condições de trabalho nalgumas escolas. No que diz respeito ao reforço da eficácia do Sistema Educativo, manifestam-se algumas condicionantes, como a falta de um trabalho metodológico e sistemático, falta de revisão dos materiais pedagógicos, falta de conhecimento quanto à eficácia dos níveis de aprendizagem dos alunos e da qualidade do ensino ministrado pelos professores, em função do novo material pedagógico, uma vez que não são realizadas provas de aferição para avaliar as competências dos alunos e o desempenho dos professores.

Referências Bibliográficas

- AAVV (2007). *Plano Mestre de Formação de Professores em Angola*, documento técnico, INFO – BIEF, República de Angola – Ministério da Educação.
- Almeida, A. (2007). *Políticas de Educação – Modos de Regulação Local do Sistema Educativo, uma Análise dos Fluxos Escolares. Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular*, Lisboa
- Almeida, L. & Freire, T. (1997). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Educação*. Coimbra: APPORT – Associação dos Psicólogos Portugueses de Coimbra.
- Arenilla, L, Gossot. B, Rolland M. & Roussel M. (2013). *Dicionário de Pedagogia*. 2ª Lisboa: Edição Atlas e Dicionários.
- Azevedo, J. (2007). *Sistema Educativo Mundial – Ensaio sobre a Regulação Transnacional da Educação*. Edição. Fundação Manuel Leão. Vila Nova de Gaia.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70 LD
- BARDIN, Lawrence (1997). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, p.176
- Barroso, J. & Afonso, N. (Org). (2011). *Políticas Educativas, mobilização de conhecimento e modos de regulação*. Vila Nova da Gaia: Fundação Manuel Leão
- Bertrand. Y. (2001). *Teorias Contemporâneas da Educação*. 2ª Edição: Lisboa: São Editorial, .Trad: Alexandre Emílio
- Blackburn, Simon. (2007). *Dicionário de Filosofia*. 2ª Edição. Lisboa. Gradiva. Trad.: Desidério Murcho, Pedro Galvão, Ana Cristina Domingos, Pedro Santos, Clara Joana Martins e António Horta Branco
- Bogdan, R. e Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora, Lda.
- Brás, Veigas J. & Gonçalves Neves M. (2009). *Os Saberes e Poderes da Reforma de 1905*, Nº 13. Revista Lusófona de Educação. Edições Universitária Lusófona
- Cabrito, Belmiro. (2002). *Economia da Educação*, Lisboa: Texto Editora, Lda.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação - Guia para a Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta. Caso do Ensino Secundário Geral. In A. M. Ferreira, & M. F. Brasete (Eds.), *Pelos Mares da Língua Portuguesa 2*, pp. 395-408. Aveiro: UA Editora, *Universidade de Aveiro* (ISBN: 978-972-789-437-6).

Cohen, L. e Manion, L. (1987). *Research meths in education*. New York: Croom Helm
Clément, e.; Demonque C.; Love L.; Kahn P. (2007). *Dicionário Prático de Filosofia*.
Terramar Editores. 5ª Edição. Lisboa. Trad.: Manuela Torres, Madalena Bacebar, João Silva
Saraiva e Rui Pacheco

Da Silva, Tomaz, (1999). *Liberdades Reguladoras, A Pedagogia Construtivista e Outras
Formas de Governo do Eu*. Luanda: 2ª Edição, Editora Vozes de Novembro de 1968.
[AHU_ACL_MU_DGEDU_RE_C030_CX190]; - DPIEA

Delors, J. (1998). *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez.

Delors, J., Chung, F., Geremek, B., Gorham, W., Kornhauser, A., Manley, M., ... & Suhr, M.
W. (1999). *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o
Século XXI. Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: UNESCO.

Dewe, John. (1973). *Vida e Educação*. São Paulo: Melhoramentos, 8. ed. Trad.: Anísio
Teixeira.

Dewey, J. (2007). *Democracia e Educação, Didáctica*, Lisboa: Melhoramentos. Trad.:
Susana Guimarães.

Dewey, J. (2007). *Democracia e Educação*. Lisboa: Melhoramentos, Trad.: Susana
Guimarães

Diário da República de Angola. (1992). *Lei de Base do Sistema Nacional de Formação
Profissional*. 28 de Agosto de 1992. I Série, Nº 34. Luanda.

Dias, Rosanne Evangelista e Lopes, Alice Casimiro. «Sentidos da Prática nas Políticas de
Currículo para Formação de Professores», in: *Política de currículo. Currículo sem
Fronteiras*, , v.9, n.2, Jul/Dez 2009. In:
<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/dias-lopes.pdf> (acedido em 2015)

Dicionário de Língua Portuguesa (2003). *Perfil*. Porto: Porto Editora, Didáctica Editora.
Trad.: Susana Guimarães

Diogo, F. (2014). *Desenvolvimento Curricular*. Plural Editores. Porto

Dione, J. & Laville, C. (1999). *A Construção do Saber – Manual de Metodologia da Pesquisa
em Ciências Humanas*. Porto Alegre, Artmed, pp.107-125.

Dortier, J. (2006). *Dicionário das Ciências Humanas*. Climepsi Editores. Lisboa. Trad.:
Maria do Rosário Paiva Boléo.

Dos Santos, M. (1970). *História do Ensino em Angola*, Luanda: ESA Editores.

- Durkheim, Émilie. (2008). *A Educação Moral*. Petrópolis: Editora Vozes. Trad.: Raquel Weiss.
- Durozoi G. & Roussel A. (2003). *Dicionário de Filosofia*. Porto. Porto Editora, AS. Trad: Maria de Fátima de Sá Correia.
- Estado de Angola. (1973). *Direcção Provincial dos Serviços de Educação*. Planos e Programas de Cursos Gerais de Ensino Técnico. [AHU_ACL_MU_DGEDU_RE_P045_CX032]
- Fernandes, J. (2001). *Saberes, Competências, Valores e Afectos Necessários ao Bom Desempenho Profissional do/a Professor/a*. Lisboa: Plátano Edições.
- Gadotti. M. (2008). *Escola Cidadã*. S. Paulo, Brasil. 12ª ed.: Cortez Editora.
- Globalização do Conhecimento e do Poder. In: BURBULES, Nicholas C.; TORRES, s.d.
- Gray, D. (2004). *Doing Research in the Real World*. London: SAGE Publications.
- Gregório e S. Ferreira (org. e edição), *Formação Inicial de Professores*, pp. 176- 190.
- Guimarães, J. (2006), *A Política “Educativa” do Colonialismo Português em África, da I República ao Estado Novo (1910 - 1974)*. Porto: Profedições, Lda.
- Halasz, G.; Moran, T.; Trigg, R. (1986). *Notecards in a Nutshell*. ACM SIGCHI Bulletin, 17 (SI), pp. 45-52.
- Horizonte Paulo, J. C. (2000). «A Educação Colonial Portuguesa ao Ensino no Ultramar». In *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 5. Último Império e Recentramento (1930- 1998)
- Hummel, C. (1979). *A Educação de Hoje Face ao Mundo de Amanhã*. Lisboa: Edições António Ramos. Trad.: João Amaral.
- Lemos. Valter. (2014). *Influência da OCDE Nas Políticas Públicas de Educação em Portugal*. 85/68/5.17/67, de 23/08/1967. Para o Inspector: Amadeu Augusto Fernandes. Reunião dos inspectores (6ª zona de inspecção escolar da República Portuguesa); [AHU_ACL_MU_DGEDU_RE_C071_CX141]; acedido a 28 de Junho de 2016.
- Loughran, J. (2009). «A Construção do Conhecimento e o Aprender a Ensinar sobre o Ensino.» In: M. A. Flores & A. M. Veiga Simão (Orgs.), *Aprendizagem e Desenvolvimento Profissional de Professores: Contextos e Perspectivas*, Mangualde: Pedago, pp. 17-37.
- Luz, E. (2007). *Perfil de Competências do Enfermeiro - Percepção dos Estudantes de Enfermagem no Início e Termo do Curso*. Lisboa: (Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2007)

- Mandela, N., Sader, E., & Mattos, C. (2003). Discurso de aceitação e conferência do Nobel. *Declarações de Paz em Tempos de Guerra*.
- Martins, I.P., & Ferreira, A. (2015), *Ensinar e Aprender em Português em Timor-Leste*, Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (2008). *Perfil profissional*. Recuperado a 07 de Junho de 2013 in: <http://www.catalogo.anqep.gov.pt/Glossario> (ISBN: 978-972-8360-94-8)
- Masó, P (coord.); Curós, J.; Berñe, M.; Garcia, M.; Lladó, A. & Florenza, A. (2012). *La animación sociocultural - Una estrategia para el desarrollo y el empoderamiento de comunidades*, Barcelona: Editorial UOC
- Mautner, T. (2010). *Dicionário de Filosofia*. Coimbra. Edições 70 LDA
- MED, (2014). *Exame Nacional 2015 da Educação para Todos: Angola*, Edição Centro de Documentação e Informação Ministério da Educação
- MED. (1993). *Opções para a Reconstrução do Sistema Educativo*, Estudos Sectoriais Tomo: UNESCO-UNICEF
- Mendes. P. & Sousa de F. (2014). *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto. 3ª Edição, Edições Afrontamento.
- Ministério da Educação – Governo de Angola, *Reflexões sobre a Evolução do Sistema de Educação Angolano ao longo dos 35 anos de independência*. Luanda, 2010
- Ministério da Educação (2009). INIDE, *Informação sobre a Implementação do Novo Sistema de Educação – Reforma Educativa do Ensino Primário e Secundário*. Luanda
- Ministério da Educação-MED. (2007). *Plano Mestre de Formação de Professores em Angola*.
- Ministério da Educação e Cultura de Angola (2001), *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (2012-2015)*, Luanda, Editorial Nzila.
- Morata, S. L. Sousa, B., A. (2009), *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros
- Morfaux. Louis & Lefranc. Jean (2005). *Dicionário da Filosofia e das Ciências Humanas*. Lisboa: Edição Atlas e Dicionários. Trad.: Jorge Teles Menezes
- Morgado, L. (2006). «Proposta para a Formação dos Diplomados em Animação Sócio-Cultural no Âmbito do Processo de Bolonha» In: *Relatório Ciências da Educação*, Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, pp. 14-20)
- Morra, G. (2004). *Filosofia para Todos*. São Paulo. 3ª Edição. Paulus. Trad.: Maurício Pagotto Marsola

- Neto, Teresa S. (2014), *História da Educação e Cultura de Angola. Grupos Nativos, Colonização e Independência*, 3ª ed., Chamusca: ZAINA EDITORES
- Nóvoa, A, Amante L. «Em Busca da Liberdade. A Pedagogia Universitária do Nosso Tempo» in: *Revista De Docencia Universitaria* [serial online]. January 2015;13(1): 21-34. Available from: Academic Search Complete, Ipswich, MA. Accessed March 4, 2016
- Nóvoa, A. (1992). *Formação de Professores e Profissão Docente*. Trad.: Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José António Sousa Tavares, Lisboa: Publicações Dom Quixote
- Nóvoa, A. (2009). *Modelos de Análise em Educação Comparada: o Campo e a Carta. Educação Comparada. Rotas de Além-Mar*. São Paulo: Xamã
- Oliveira, Alfredo Almeida Pino de (2007). *Análise Documental do Processo de Capacitação dos Multiplicadores do Projeto «Nossas crianças: Janelas de oportunidades» no Município de São Paulo à luz da Promoção da Saúde. 2007. 210 f.* São Paulo: Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.
- Pardal, L. & Lopes, E. (2011), *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Porto: Areal Editores
- Peterson, P. (2003). *O Professor do Ensino Básico, Perfil e Formação*, Lisboa AE: Edições Horizontes Pedagógicos
- PNUD, (1995). *Relatório do Desenvolvimento humano 1995*. Lisboa: Tricontinental Editora.
- Popkewitz, T. S. (2000). *Política, conocimiento y poder: algunas cuestiones para el estudio de las reformas educativas, El poder/saber en la enseñanza, la formación del profesorado y la investigación*. Madrid: Ediciones
- Popkewitz, T. S. (2000). *Política, conocimiento y poder: algunas cuestiones para el estudio*
- Popper, K (1992). *Em busca de um mundo melhor*. Lisboa: Fragmentos Popper, K. &
- Popper, K. & Condry, J. (2012). *Televisão: Um perigo para a democracia Priberam 2012*). Recuperado em 07 de Junho de 2013 em <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=perfil>
- Popper, K. (2012). *A sociedade Aberta e os seus inimigos*, 1º Vol. O Sortilégio de Platão: Edições 70. Lisboa
- Quintas, S. & Sánchez, M. (1995). *Para compreender la animacion sociocultural*. Navarra: Editorial Verbo Divino

Rico, A. (2010). *Perfil do Professor. A (in)sustentável diferença de ser Professor hoje*, (Dissertação de mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, 2010)

Roca, Zoran. (2000). *As “Crianças de Rua” em Angola*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas

Rodrigues, M. (2014). *40 anos de Políticas de Educação em Portugal, Conhecimento, atores e recursos*. Edições Almedina, SA., vol. II.

Santos, Martins dos. (1970). *História do ensino em Angola*, Lisboa, ed. dos serviços de Educação. Saviana, Dermoal 1978

Serralheiro, J. (2011). *Reinventar os sistemas educativos*. Porto: Edição Profedições, Lda.

Stoer, Stephen R. (2008). *O Estado e as políticas educativas: uma proposta de mandato renovado para a escola democrática*. *Educação, Sociedade & Culturas*, 26, pp.149-173.

Teodoro, A. (2010). *Educação, Globalização e Neoliberalismo – Os novos modos de regulação transnacional das políticas de educação*. Lisboa: Edições: Universitárias lusófonas.

Teses e Resoluções 1º Congresso do MPLA 1977

Thomas, *Angola: a country study*, Federal Research Division, Library of Congress, 3ª ed., 1991, pp.100- 102.

Tuckman, B. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vala, J. (1986). «A Análise de conteúdo» in: Silva, A. S. & Pinto, J. M. (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. (7.ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.

Zassala. Carlinhos (2012). *orientação escolar e profissional em Angola*. 2ª edição: Mayamba Editora. Luanda.

ANEXOS

Tabela: 1 Efectivos discentes

	EI	EP	CPES	EEP	EL	FS	EA	ES
1964/65	1.470	203.337	-	498	760	128	258	418
1972/73	3.464	512.942	40.024	2.212	2.005	247	589	3.094

a) Antecedentes 1964-1973

MED (2010): EI - Ensino Infantil; EP- Ensino Primário; CPES - Ciclo Preparatório do Ensino Secundário; EEP - Ensino Elementar Profissional; EL - Ensino Liceal; EA -Ensino Agrícola; FS - Formação de Serviços Sociais

Tabela 2: Efectivos docentes

	EI	EP	CPES	EEP	EL	FS	EA	ES
1964/65	51	4.549	-	21	63	58	9	38
1972/73	111	12.393	1.960	129	173	57	16	274

Fonte: MED (2010):

Tabela 3: Estabelecimentos de Ensino (Escolas)

	EI	EP	CPES	EEP	EL	FS	EA	E S
1964/65	21	2.561	-	7	9	3	1	1
1972/73	63	5.078	108	27	20	3	2	1

Fonte: MED 2010

Tabela 4: Esquema de introdução de disciplinas que integram o currículo

Disciplinas	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a
LÍNGUA PORTUGUESA	X	X	X	X	X	X	X	X
CIÊNCIAS INTEGRADAS	X	X	X					
MATEMÁTICAS	X	X	X	X	X	X	X	X
C. NATUREZA				X	X	X		
C. SOCIAIS					X	X		
GEOGRAFIA				X			X	X
HISTÓRIA				X			X	X
ED. VISUAL e PLÁSTICA					X	X	X	X
ED. ARTÍSTICA	X	X	X	X				
FORMAÇÃO MANUAL e POLITÉCNICA	X	X	X	X	X	X	X	X

EDUCAÇÃO	X	X	X	X	X	X	X	X
FÍSICA								
LÍNGUA							X	X
ESTRANGEIRA								
FÍSICA							X	X
QUÍMICA							X	X
BIOLOGIA							X	X
HORAS	22	22	22	27	30	30	36	36
LECTIVAS								
SEMANAIS								

Fonte: Ministério da Educação e Cultura: Gabinete do Plano

b) Evolução do Corpo Docente

Tabela 5: Alunos matriculados na classe de iniciação e no Ensino de Base Regular (1976- 1990)

Ano	Iniciação	I Nível	II Nível	III Nível	Total
1976	361.446	592.450	70.933	8.025	1.032.854
1977	416.937	958.676	94.317	19.010	1.488.940
1978	746.328	1.420.739	113.884	24.663	2.305.614
1979	664.500	1.714.817	176.687	40.272	2.596.276
1980	404.255	1.332.297	160.204	36.433	1.923.189
1981	342.316	1.258.861	111.191	18.025	1.720.393
1982	292.429	1.171.430	105.673	15.640	1.585.172
1983	254.136	1.065.025	132.284	27.971	1.479.416
1984	208.459	870.410	112.054	29.287	1.220.210

1985	227.654	970.698	130.749	34.745	1.363.246
1986	222.161	1.012.303	127.486	38.302	1.400.252
1987	212.733	1.031.314	109.260	31.702	1.385.009
1988	209.171	1.067.906	123.528	38.513	1.439.118
1989	141.882	1.038.126	112.670	36.167	1.328.840
1990	164.146	990.155	124.873	34.626	1.313.800

Fonte: MED 2010

c) Evolução do Corpo Docente

Tabela 6: Evolução do corpo docente do Ensino de Base (1976-1990)

Ano	I Nível	II Nível	III Nível	Total
1976	26.818	1.932	930	29.680
1977	31.204	2.142	1.023	34.369
1978	35.990	2.477	1.057	39.524
1979	40.695	2.805	1.112	44.612
1980	35.136	3.225	1.174	39.535
1981	40.029	2.798	1.072	43.899
1982	35.369	3.471	1.003	39.843
1983	33.521	2.260	859	36.640
1984	29.191	3.183	1.312	33.686
1985	31.161	3.172	1.317	35.650
1986	30.310	2.974	991	34.275
1987	27.322	2.863	1.182	31.367
1988	31.953	3.224	1.225	36.402
1989	32.157	3.494	1.644	37.295
1990	30.704	4.336	2.117	37.157

Fonte: MED 2010

d) Evolução de salas de aulas do Ensino de Base

Tabela 7: Evolução de salas de aulas do Ensino de Base (1976-1990)

Ano	I Nível	II Nível	III Nível	Total
1981	16.024	2.236	513	18.955
1982	14.504	1.384	513	16.401
1983	9.334	925	492	11.270
1984	11.483	1.932	492	13.907
1985	16.767	1.489	478	18.732
1986	14.426	1.346	521	16.293
1987	14.586	1.426	618	16.630
1988	13.845	1.202	675	15.722
1989	14.937	1.481	720	17.138
1990	13.523	1.367	733	15.623

Fonte: MED

e) Evolução do corpo discente

Tabela 8: Alunos matriculados no Ensino de Base no Ensino Médio e PUNIV

Ano	I Nível	II Nível	III Nível	Médio	PUNIV
1996	836.760	129.879	63.002	35.993	11.025
2001	1.372.666	229.483	115.475	73.695	20.472

Fonte: MED 2010

Tabela 9: Evolução das escolas no período de 1996-2002

Ano	I Nível	II Nível	III Nível	Médio	PUNIV
1996	2.786	163	87	39	10
2002	4.224	282	164	64	18

Fonte: MED, 2010

Tabela 10: Alunos por níveis de Ensino, período de 2002-2008

Níveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Alfabetização	321.003	404.000	323.470	334.220	366.200	389.637	502.350
Iniciação	276.347	537.378	678.780	895.145	842.361	936.389	893.661
Primário	1.733.549	2.492.274	3.022.461	3.119.184	3.370.079	3.558.605	3.757.677
I Ciclo Secundário	115.475	164.654	197.735	233.698	270.662	316.664	370.485
II Ciclo Secundário	109.762	117.853	159.341	171.882	179.249	194.933	212.347
Geral	24.283	26.030	30.397	34.442	37.676	41.945	46.698
Técnico- Prof.	53.018	56.833	67.328	74.235	76.363	85.903	96.635
Formação Prof.	32.461	34.990	61.616	63.185	65.210	67.085	69.014
Total	2.558.136	3.716.759	4.381.787	4.754.129	5.028.551	5.398.228	5.738.520

Fonte: GEPE/MED (2010) - A tabela apresenta o número de estudantes matriculados no período de 2002 até 2008 com uma média anual de 4.510.501 alunos atendidos.

Tabela 10: Salas de aulas nos diferentes níveis de ensino, 2002-2008

Níveis	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Primário	17.236	26.436	33.950	35.665	37.380	41.343	45.608
I Ciclo Secundário	1.225	1.269	1.421	1.809	2.197	2.796	3.467
II Ciclo Secundário	551	571	640	814	995	1.194	1.441
Total	19.012	28.276	36.011	38.288	40.572	45.333	50.516

Fonte: GEPE/MED (2010)